

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

MEMORIAL DESCRITIVO

Profa. Dra. Claudelir Correa Clemente



UBERLÂNDIA, DEZEMBRO DE 2024

CLAUDELIR CORREA CLEMENTE

MEMORIAL DESCRITIVO

Memorial apresentado ao Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como parte dos requisitos exigidos para o processo de avaliação para fins de promoção à classe “Titular” da Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, dezembro de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C626m Clemente, Claudelir Correa, 1966-
2024 Memorial descritivo [recurso eletrônico] / Claudelir Correa Clemente.
- 2024.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5519>

Inclui ilustrações.

1. Professores universitários - Formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 378.124

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925

Comissão Especial Avaliadora

Titulares

Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira - Universidade Federal de Uberlândia

UFU

Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva - Universidade Federal de São Paulo

UNIFESP

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva - Universidade Estadual de Londrina

UEL

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC/SP

Suplentes

Prof. Dr. Lineu Norio Kohatsu - Universidade de São Paulo

USP

Profa. Dra. Wivian Jany Weller - Universidade de Brasília

UnB

*À minha mamãe, Maria Aparecida Correa Clemente
(in memoriam) pelo seu imenso amor, por sua alegria,
por seus ensinamentos do saber viver neste lugar
chamado Terra. Mãe, consegui!*

À minha tia materna, Zilah Correa da Silva (in memoriam). Pelas palavras lúdicas na infância e juventude e pelos ensinamentos de coragem na vida adulta.

Ao meu avô Manoel Correa da Silva, meu griô (in memoriam).

Ao meu pai Joaquim José Clemente que a sua maneira respeitosa aos meus estudos acompanhou a produção deste memorial.

Agradecimentos

Às professoras doutoras que foram orientadoras da minha formação – no mestrado, Teresinha Bernardo (*in memoriam*), e, no doutorado, Marcia Regina da Costa (*in memoriam*) –, por sua dedicação aos meus projetos, por acreditarem e darem asas às minhas ideias.

Aos estudantes de todos os tempos da Universidade Federal de Uberlândia que contribuíram no aprimoramento da minha docência.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFU), pela amizade, reflexão e apoio.

Ao Conselho do Instituto de Ciências Sociais, pelo apoio aos meus projetos e respaldo na minha trajetória acadêmica.

As ag

Às equipes docente e administrativa do INCIS, pela convivência acadêmico-administrativa.

Às comunidades congadeiras e quilombolas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que me acolheram em meus anseios de pesquisa e extensão.

À Comissão Especial, às professoras e aos professores que aceitaram compor a banca deste memorial: Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira (UFU), Profa. Dra. Maria Nilza da Silva (UEL), Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras (PUC-SP), Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva (Unifesp), Profa. Dra. Wivian Jany Weller (UNB) e Prof. Dr. Lineu Norio Kohatsu (USP). Meu muito obrigada!

Às agências de fomento externas CAPES e CNPq, pelos auxílios financeiros e bolsas recebidos, fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Resumo: Neste memorial, requisito para a Promoção da Classe de Professora Associada IV para a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior da Universidade Federal de Uberlândia, apresento minha trajetória profissional, conforme regulamenta a Resolução nº 3/2017 do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, de 9 de junho de 2017. Neste texto, apresento parte de minha história de vida pessoal, descrevo e analiso atividades significativas de ensino, pesquisa, extensão e gestão realizadas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, realçando experiências e ações que contribuíram para a minha trajetória docente na Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: memorial, Antropologia, ensino, pesquisa, extensão.

SUMÁRIO

PARTE I

Formação e experiências profissionais

Introdução	09
Como foi chegar até aqui	11
Graduação.....	13
Estágios e atuação profissional.....	18
Mestrado.....	20
A docência no ensino superior privado	26
Doutorado.....	28

PARTE II

Atuação na Universidade Federal de Uberlândia

Ensino.....	36
Extensão	39
Pesquisa	47
Gestão	59
Considerações finais	60
Referências	61

PARTE I

Formação e experiências profissionais

Introdução

Neste memorial descritivo apresento a minha trajetória docente e acadêmica, enfatizando os movimentos que vêm possibilitando, desde a graduação, que eu contribua para um mundo menos desigual.

Parto da importância da família materno-paternal no meu desenvolvimento pessoal e no acolhimento das minhas escolhas pessoais e profissionais. Dou destaque a minha juventude, fase a partir da qual me engajei nas lutas sociais urbanas pela melhoria das condições de vida na periferia paulistana onde nasci.

Descrevo minha alegria em ter escolhido o curso de ciências sociais na Escola de Sociologia e Política em São Paulo. Do quão gratificante foi ter sido aluna daquela emblemática instituição. Ainda usufruo dos conhecimentos que ali aprendi.

Ainda graduanda tornei-me professora na rede de ensino estadual paulista, onde lecionei história e sociologia. Depois de formada exerci atividades técnicas que exigiam meus conhecimentos como cientista social na Prefeitura de São Paulo e na Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

Essas experiências profissionais fortalecem meu interesse na formação pós-graduada. E, em 1996, ingressei no mestrado em ciências sociais, área de concentração em antropologia, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). No mesmo ano consegui meu primeiro emprego como professora de antropologia e sociologia numa universidade privada. Em 1998, defendi minha dissertação de mestrado, intitulada *Apreciando o movimento: uma cartografia da Zona Leste de São Paulo*, um estudo antropológico sobre a ação dos movimentos sociais de moradia. Demonstrei que os militantes desses movimentos de ocupação de terras reverteram planos governamentais e viabilizaram a conquista de casas por meio de políticas públicas de habitação, no bairro Jardim São Carlos, situado na periferia leste da capital paulista.

Após o título de mestre, passei três anos apenas atuando como professora de universidade particular. Até que, em 2001, ingressei no doutorado, novamente em ciências sociais com concentração em antropologia, na PUC/SP. No período de doutoramento, tive a oportunidade de participar do projeto internacional *Desigualdades e rupturas sociais, um estudo comparativo entre São Paulo e Paris*, fruto do acordo Capes/Cofecub, coordenado no Brasil pela Prof^a. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras e na França pelo Prof. Dr. Serge Paugam. Essa inserção me permitiu desfrutar de uma bolsa de estágio doutoral de nove meses na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris.

Ao retornar ao Brasil, em 2003, prestei o exame de qualificação do doutorado.

Em 2005 defendo a tese de doutorado, intitulada *A vida social transnacional: um estudo sobre o território e os vínculos sociais constituídos por profissionais transnacionais*. O estudo analisou os vínculos sociais constituídos por profissionais transnacionais (executivos e técnicos) que viviam em movimento pelo mundo – um modo de atender aos interesses da empresa transnacional para a qual trabalhavam. Por meio dos deslocamentos geográficos desses profissionais, observei os laços sociais constituídos ao longo da mobilidade.

Em 22 de janeiro de 2009 fui nomeada docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), realizando o sonho de ingressar na carreira do magistério superior federal. Ao longo desses 15 anos tenho colhido muitas dádivas em forma de ensino na graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Experiências e realizações que descrevo com mais detalhes a seguir.

Como foi chegar até aqui

Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a língua dos anjos sem amor eu nada seria. (Monte Castelo, Renato Russo, Legião Urbana)

Permita-me iniciar com uma breve digressão sobre minha história pessoal.

A oportunidade de me tornar professora titular é tributária dos valores significativos da educação primorosa que recebi da minha amorosa mamãe, Maria Aparecida Correa Clemente, falecida em março de 2023. Ela transmitia ensinamentos de coragem, dignidade, altivez e resiliência.

Sou filha única de um núcleo familiar que, durante minha infância e juventude, era constituído de quatro adultos – além de minha mãe, meu pai Joaquim José Clemente, meu avô materno Manoel Correa da Silva e minha tia materna Zilah Correa da Silva. Nos anos 1970, erámos uma família operária, negra, de baixa renda; possuíamos residência própria e morávamos no bairro de Ermelino Matarazzo, na Zona Leste da cidade de São Paulo. Minha mãe era paulistana, costureira trabalhava tanto para estilistas como para confecções, tendo passado um longo período de sua vida trabalhando, antes de se aposentar, aos 60 anos. Ainda no início do meu mestrado, em 1996, ela trabalhava.

Meu pai era operário de transportadora. Nasceu em Heliódora, em Minas Gerais, tendo mudado com a família paterna para Piquete, cidade do Vale do Paraíba na divisa com Minas e São Paulo. Veio sozinho para capital paulista, nos anos 1960.

Meu avô materno foi ferroviário. Era afro-indígena de origem fluminense, e chegou à capital paulista através do seu trabalho na ferrovia Estrada de Ferro do Brasil, que exigia mobilidade espacial. Na cidade de São Paulo, permaneceu atuando nas linhas de trem que ligavam as regiões leste a estação da Luz.

Foi muito bom conviver com meu avô na infância. Ele me levava à escola, me ajudava nos exercícios escolares. Líamos juntos. Ele me deixava pintar as figuras dos livros e revistas dele e de suas filhas, minha mãe e minha tia. Meu avô era um homem

escolarizado, que participou do movimento operário e teve acesso a uma moradia na vila operária da empresa ferroviária, que ele chamava de casa da turma. O cuidado comigo era compartilhado com minha tia materna Zilah, que também foi operária. Tia Zilah adorava ler revistas de sua época, como *Cruzeiro*, adorava frequentar o cinema de rua que havia no bairro. Ela era uma mulher alta, bonita e ativa. Eu adorava andar de mãos dadas com ela, me sentia uma menina forte.

Minha avó materna, Senhorinha Rosa, não tive a chance de conhecer. Ela faleceu antes de eu nascer. Sabia que era filha de pais africanos, infelizmente meus bisavós foram escravizados em São Paulo, acredito que nas plantações de café do Vale do Paraíba, porque ela nasceu brasileira e em Queluz, no interior paulista. Faleceu cedo, por volta dos 62 anos. Apesar disso, era e é uma figura presente nas memórias da família – até hoje, meu pai e eu falamos muito dela. Segundo relatos familiares, ela e meu avô formavam um casal alegre, trabalhador e festeiro, apesar da labuta árdua e diária de ambos, minha avó também trabalhava em roças que existiam ao redor do rio Tiete, às margens da linha trem e que hoje é onde se localiza o campus Leste da Universidade de São Paulo (USP). Eram plantações que reuniam trabalhadoras e trabalhadores afro-brasileiros e migrantes japoneses. Nos finais de semana, meu avô e ela gostavam de sair para dançar: iam para os bailes da turma, como se referiam à vila operária em que moravam.

Acho que muito do meu jeito alegre herdei dos meus avós maternos. Como eles, a despeito do excesso de trabalho, a alegria está sempre presente; há sempre uma gratidão em me manter viva e poder ter mais um dia para continuar minha jornada.

Tive a oportunidade de conviver com meu avô até os 19 anos. Ele me viu entrar na Escola de Sociologia e Política, acompanhou meus estudos, ajudava a comprar meus livros. Conversávamos muito sobre a realidade brasileira e, como ele era um homem nascido em meio à Mata Atlântica, falávamos também sobre a floresta, sua fauna e flora. Foram nesses ensinamentos afro-indígenas que eu aprendi a gostar da onça pintada, dos saguis; a prestar atenção nas assombrações; a amar a Natureza. Foi muito enriquecedor ter ele como griô em vida ao meu lado.

Com a aposentadoria do meu avô, minha mãe foi assumindo o comando da família. Não em termos financeiros, mas de orientação. Assim, meu lar foi e ainda é um matriarcado. Antes dela, minha avó e agora eu.

Filha única de uma família de origem operária, fui a primeira a ingressar no ensino universitário. Vivendo na maior metrópole da América Latina, a formação superior significava uma qualificação para lidar com as artimanhas da cidade, pois tanto meu avô

quanto meus pais, mesmo escolarizados, já não resolviam situações complexas do cotidiano. A relação com as instituições financeiras, com os direitos do trabalho, com o sistema de saúde e com a infraestrutura urbana, impunha situações difíceis a minha família que envelhecia. Então, desde os 18 anos passei a orientá-los num mundo urbano em constante transformação, assolado por um capitalismo desenfreado que ergue e destrói coisas belas, que desvalida pessoas.

Ajuda-los para que envelhecessem da melhor forma possível, também se tornou minha tarefa. Por isso, até hoje divido meu tempo entre o trabalho e a família, meu pai, que segue ao meu lado. Trata-se de dar, receber e retribuir todo o cuidado e Amor que eles tiveram comigo. Sem isso eu nada seria.

Graduação

Apesar dos 40 anos que separam o momento em que apresento este memorial daquele em que dei os primeiros passos na vida universitária, ainda sou tocada pelas emoções do bom encontro com as ciências sociais. Encontro que foi mais um fluxo próspero do rizoma que é minha vida.

Nos anos 1980 eu ingressava na Escola de Sociologia e Política (ESP), a querida “Socioca”. Minha vida ganhou um rumo interessante. Sediada num casarão da década de 1930, a edificação pomposa, encrustada no centro antigo de São Paulo, na rua General Jardim, próxima à Praça da República, tornou-se para mim um território-laboratório. E foi isso, essa escola com um projeto pedagógico arrojado que fez desabrochar uma cientista social, na medida daqueles anos incríveis. As aulas e leituras dos primeiros passos na graduação já revelavam o que viria a seguir: a construção de um pensamento crítico, assentada em leituras, reflexões e estudos dos autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais.

Meus colegas de sala, ávidos por conhecimento transformador, não ficavam atrás, porque a grande maioria era engajada em alguma experiência política, participava de movimentos sociais e atuava em sindicatos.

Na ESP, li *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, de Evans-Pritchard e *Processo ritual*, de Victor Turner, o que me permitiu perceber que a antropologia

considerava os conhecimentos de outros povos. Li também *O capital*, *O 18 de Brumário* e os *Grundrisse*, de Karl Marx, por meio dos quais passei a entender de mais-valia, mercadoria, fetiche e alienação. Compreendi, ao estudar e debater as ideias de Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que para além da cultura ocidental havia outras culturas e outras formas de organização social. As problematizações e críticas ao pensamento ocidental ganharam mais densidade quando passamos a ler o *Pensamento selvagem*, de Claude Lévi-Strauss. As diferenças entre pulsão e instinto, a existência do desejo foram ganhando o meu vocabulário e de minhas amigas e amigos de sala de aula após ler alguns capítulos das *Obras completas*, de Sigmund Freud.

Muitos livros, leituras, debates, práxis e argumentos começaram a povoar a minha vida e meus dias.

Tudo isso acontecia naquele prédio da Escola de Sociologia e Política, instalado numa região da cidade muito pulsante, vivaz, sempre em ebulição tanto em nível social como urbano. E esse aspecto também teve um papel importante na formação do meu olhar etnográfico.

O entorno da ESP foi, até os anos 1950, um espaço residencial, comercial e de lazer das elites paulistanas e dos abastados que visitavam a capital paulista. Ali perto estão construções emblemáticas, como o edifício João Brícola, que abrigou a icônica loja de departamentos Mappin, o belíssimo Teatro Municipal, ambos na Praça Ramos de Azevedo; edifícios célebres assinados por grandes nomes da arquitetura, como o Louvre, na avenida São Luís, projeto de Jurado Artacho e o Copan, na avenida Ipiranga, de Oscar Niemayer. Em meio a tudo isso a amada Biblioteca Mário de Andrade, com seu acervo magnânimo, localizada na rua da Consolação.

A região proletarizou-se nos anos 1970. E, no período da minha graduação, na década seguinte, esse processo se intensificou, com a presença crescente de outros segmentos sociais, que passaram a frequentar e a morar nas proximidades. Eram os balconistas das dezenas de lojas, mas também um crescente número de trabalhadores administrativos, bancários, escriturários, profissionais da cultura (atores, atrizes, produtores) e jornalistas, estes últimos grupos desde sempre presentes na região, devido aos teatros e às sedes dos jornais como *Folha de S.Paulo*, *Diário da Noite* e *Diário Popular*.

Tomada por essa verve urbana, escrevi o meu primeiro trabalho da graduação intitulado “Anonimato das grandes cidades”.

Mas, eu não era apenas a jovem negra que ia absorvendo sem crítica o cotidiano deslumbrante do centro paulistano e os autores na maioria europeus que estudávamos na ESP. Eu tinha uma trajetória pregressa atravessada por engajamentos políticos.

Nos anos 1980, ainda adolescente, eu já estava envolvida em ações comunitárias focadas em conquistar melhorias urbanas no bairro onde eu morava. Apesar da minha família, meus pais estarem empregados, meu avô ser aposentado e termos a propriedade de dois imóveis, a região periférica onde morávamos e frequentávamos, que se estendia da Penha a São Miguel Paulista, ainda faltava infraestrutura urbana. No bairro da minha infância não havia políticas públicas de lazer e cultura, muitos menos livrarias, sebos, galerias com lojas e restaurantes, tampouco o transporte coletivo eficiente. Nada disso estava presente no cotidiano da periferia. Éramos percebidos pelas elites e pelo poder público como bairros-dormitório. Assim, muito cedo eu percebi que as reivindicações sociais que emanavam do meu bairro faziam sentido para mim. Aos 14 anos eu já participava das reuniões da Comunidade Eclesial de Base (CEB).

Por isso, aos 18 anos quando adentrei a graduação na ESP e passei a frequentar o Centro, o pensamento crítico e a reflexão se aguçaram em mim.



Foto acervo da autora: Eu e colegas de sala em frente à Escola de Sociologia e Política

Sua localização geográfica me colocava frente a frente com os movimentos sociais e suas manifestações em pontos simbólicos daquele território, como a Praça da República e as escadarias ao lado do Teatro Municipal, que desembocam no Vale do Anhangabaú.

Meu olhar e minha escuta estiveram sempre estimulados pelas transformações que observei e presenciei no meu ir e vir entre a periferia o centro, e do centro à periferia. Nesses trajetos, as sociabilidades me colocavam em contato com pautas de lutas sociais, que paulatinamente foram conquistando direitos e ampliando reivindicações.

Foi assim que ocorreu o contato com o Movimento Negro, a princípio por meio da publicação *Cadernos Negros* e uma ou outra cópia do jornal *Versus*, dos anos 1970, que vinham pelas mãos e falas das escritoras e escritores negros que frequentavam cafés, botecos e espaços de convivência, nos arredores da Praça Dom José Gaspar, local também de encontro e debates em livraria situada na galeria Metrópole.

Com elas e eles passei a refletir criticamente a condição negra. Eu já sabia que era negra, tinha uma consciência da condição, pois na minha família sempre soubemos e refletimos sobre as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira. Assuntos como a escravização dos meus bisavós, o trabalho subumano a que eram submetidos meus avós paternos e seus filhos nas fazendas no Vale do Paraíba, por exemplo, eram recorrentes nas conversas familiares. Até as dificuldades para encontrar emprego, por causa da tal “boa aparência”, já eram assuntos vocalizados, principalmente pelos meus pais.



Vovó Senhorinha Rosa em Santos década de 1920

Fonte: Acervo da autora.

Mas a convivência com a juventude negra que, como eu frequentava o centro paulistano, fez a reflexão ganhar uma dimensão mais crítica.

Esse período corresponde, também, aos anos finais da graduação e o momento em que acessamos as teorias sociais mais focadas na realidade do país. Inclusive, as disciplinas da área de antropologia passaram a ofertar conteúdos cujo foco ressaltava os novos movimentos sociais e as formas de empoderamento de grupos, até então entendidos somente pela perspectiva da condição de assujeitados, negros, mulheres, homossexuais, moradores de periferia. Conforme aponta Magnani (2009 p.131):

Com o surgimento desses novos atores políticos, os temas tradicionalmente estudados pela antropologia começam a adquirir visibilidade porque agora reconhecidos em seu papel político: assim, o interesse se volta não apenas para as relações raciais, mas para o movimento negro; não só para a família, mas para o papel da mulher e a emergência do feminismo; não para o favelado enquanto portador de uma “cultura da pobreza”, mas como membro de associações reivindicativas, e assim por diante.

Essa guinada antropológica, mas também das ciências sociais como um todo, visibilizava também as experiências sociais de moradores dos bairros periféricos, provocando-me engates analíticos que futuramente fariam sentido para a minha atuação profissional e pesquisa científica.

O projeto pedagógico da Escola de Sociologia e Política, entre os anos de 1985-1989, contribuiu para que tivéssemos uma boa formação nas três áreas que compõem as ciências sociais: antropologia, ciência política e sociologia.

É importante ressaltar que estávamos num contexto de redemocratização do país, o que possibilitou muitas aberturas para as ideias e expertises das ciências sociais. Isso facilitou a emergência de empregos para cientistas sociais, principalmente em órgãos governamentais ligados à cultura, educação e saúde, nos níveis municipal, estadual e federal.

Eu cheguei ao fim da graduação com muitas indagações, em especial sobre a segregação socioespacial nas cidades. Mas também me intrigava a força dos novos movimentos, e seu papel como laboratórios de novas experiências sociais.

No todo, a graduação foi uma etapa bem-sucedida da minha formação profissional. Eu tinha, literalmente, me apaixonado e me entregado às experiências da graduação, aos estudos, àquela ambiência que envolvia a faculdade, ao frenesi e às intelectualidades pulsantes, colaborativas dos encontros das livrarias, dos bares situados nas galerias em especial a Itapetininga e Metrôpole - e nos arredores da Vila Buarque.

Havia algo de mágico e habilidoso no transitar do meu bairro periférico para assistir aulas no centro de São Paulo. A música *As vitrines*, de Chico Buarque (1982), diz muito daquele momento.

Já te vejo brincando, gostando de ser
 Tua sombra a se multiplicar
 Nos teus olhos também posso ver
 As vitrines te vendo passar
 Na galeria, cada clarão
 É como um dia depois de outro dia
 Abrindo um salão
 Passas em exposição
 Passas sem ver teu vigia
 Catando a poesia
 Que entornas no chão.

Nesses deslocamentos eu aprendia muito sobre a cidade e exercitava a observação, o olhar, a escuta e a escrita etnográfica. E percebia cada vez mais minha transformação pessoal e intelectual, tanto em não me acanhar frente às distâncias geográficas e aos restritos locais de elite, como o de ser crítica e propositiva frente às desigualdades sociais, raciais e de classe.

Guardo em mim boas lembranças daqueles anos no território existencial educativo.

Estágios e atuação profissional

Já nos anos iniciais da graduação, tive minha primeira experiência profissional na rede estadual de ensino de São Paulo, como professora II, em contrato temporário. Em 1986, comecei lecionar a disciplina “História para o Ginásio”, como era nomeado o ciclo que hoje é o ensino fundamental II, na Escola Estadual “Eunice Laureano”, no bairro de Ermelino Matarazzo. Lembro-me de minha família e eu ficarmos maravilhadas com aquela oportunidade. Eu me tornava uma professora num momento significativo para a educação brasileira: era o fim do governo militar, havia em São Paulo uma série de manifestações reivindicando ao poder público estadual a reformulação dos guias curriculares, em vigor desde os anos 1970. Tudo isso vinha,

na esteira de uma discussão mais abrangente sobre o papel social da escola, sobre as relações sociais que se estabeleciam no interior das instituições escolares e sobre a atuação do poder público, na elaboração de políticas sociais de caráter preventivo, para que a sociedade pudesse diminuir suas desigualdades sociais (MARTINS, 1998, par. 4).

As aulas de história eram para 6ª série, uma turma muito agitada. A maioria dos estudantes tinha 11 anos de idade, e eu muito jovem também. Fomos nos conhecendo, pouco a pouco, os vínculos foram constituindo-se e consegui finalizar o trimestre naquela escola.

A passagem pela “Eunice Laureano” era o início de um contrato temporário com o governo paulista que perdurou até 1997. Nesse período, entre 1987 e 1988, ministrei a mesma disciplina na Escola Estadual “Shinichi Agari”, na Vila Curuçá. A experiência de lecionar história sendo estudante de ciências sociais não foi algo incompatível, dado que os guias curriculares estavam passando por reformulações e havia muitas queixas por parte dos educadores responsáveis pela matéria de estudos sociais, inadequada para o momento de redemocratização da sociedade brasileira. Na década de 1980, a proposta curricular da disciplina de história tinha muitas conexões com temas tradicionalmente estudados pelas ciências sociais, tais como as concepções de trabalho, movimentos sociais e cultura.

Somente a partir de 1990 comecei a lecionar a disciplina de sociologia na Escola Estadual Geraldo Campos Moreira.

Apesar do vínculo temporário depender da existência de aulas que não tivessem sido atribuídas ao quadro de professores efetivos da rede estadual de ensino, a minha condição permitia que eu conciliasse o ato de lecionar com outras atividades profissionais. Desse modo, ainda graduanda tive experiências de estágios que contribuíram muito para minha formação. Foi o caso dos estágios que realizei na Federação de Obras Sociais e na versão urbana do Projeto Rondon, ambos focados no trabalho com periferias.

Outro estágio foi Companhia de Engenharia de Trânsito (CET) na qual estagiei no setor Participação Comunitária, o PACO. A equipe, multidisciplinar, era integrada por sociólogas(os), assistentes sociais e pedagogas(os), chefiada por um sociólogo. Tal experiência pontual (dois anos) possibilitou-me adentrar em certos meandros da dinâmica de trabalho em uma instituição pública. Eu e as demais estagiárias realizávamos desde atividades de pesquisa em boletins de ocorrência de acidentes de trânsito até estudos de dinâmicas de grupo para planejarmos reuniões comunitárias, cujo objetivo era a educação

no trânsito. Do tempo que estagiei no PACO/CET, carrego a aprendizagem no acompanhamento da construção do corredor de ônibus da avenida 9 de Julho, que liga o Centro ao Itaim Bibi, bairro nobre da Zona Sul paulistana. A equipe técnica ia para campo e mobilizava os moradores para reuniões comunitárias, nas quais eram discutidas as possíveis transformações urbanas com a instalação do corredor.

Nos anos 1990, com o término da graduação, tive minhas primeiras experiências profissionais como cientista social, duas delas significativas na minha formação. Primeiro, fui diretora de um Centro de Convivência (CC) da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de São Paulo, entre 1990 e 1993, na gestão da prefeita Luiza Erundina. Localizado entre os bairros Jardim das Oliveiras e Encosta Norte, na da Zona Leste, era um equipamento sociocultural com atividades voltadas para a comunidade em geral. Nessa estrutura, realizávamos oficinas gastronômicas, pintura de tecido e rodas de conversa sobre temas de interesse da coletividade. Já em 1993 fui contratada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), vinculada governo do estado de São Paulo, para exercer a atividade de cientista social, na função de técnico I. Eu tinha o papel de visitar bairros com forte concentração operária, onde se encontravam escolas estaduais em construção e promover reuniões comunitárias em torno de conteúdos que problematizassem temas ligados à preservação do patrimônio, à cidadania e aos direitos humanos.

Nesses dois cargos, em diferentes órgãos governamentais, tive a possibilidade de atuar no campo das políticas públicas de cultura e educação dirigidas às populações periféricas. O contato profissional diário e por anos com bairros operários permitiram-me começar a reconhecer uma grande heterogeneidade interna à cidade, a começar pelos seus distintos graus de precariedade.

Essas experiências motivaram-me a iniciar os estudos pós-graduados. No mestrado, tinha em mente um projeto que tratasse dos anseios dessa população periférica.

Mestrado

Em 1996 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGCS/PUC-SP).

Começava uma nova fase na minha vida, a de pesquisadora. E não podia ter lugar mais especial para me acolher que a PUC-SP, esta instituição que desde os anos de chumbo da ditadura militar tornou-se um espaço de resistência e luta pela democracia, reconhecida pelos movimentos sociais como uma instituição comprometida com os direitos humanos.

Em 1996 a PUC-SP era uma das poucas universidades brasileiras que ofereciam pós-graduação em ciências sociais, nos níveis de mestrado e doutorado. Ali encontrei docentes muito qualificados, a começar pela minha orientadora, a antropóloga Profa. Dra. Teresinha Bernardo, hoje já falecida, à época mostrou-se muito empática desde a entrevista para seleção e sempre atenciosa ao longo de todo o desenvolvimento da minha pesquisa.

Inicialmente, em termos de projeto de pesquisa, a vida social na capital paulista continuava me atraindo. De uma forma ampla, interessavam-me sua heterogeneidade sociocultural, seus diversos segmentos de classe e renda, o que conotava uma variedade de estilos de vida, crenças e culturas; a multiplicidade e simultaneidade de relações sociais que constituíam diferentes códigos e sentidos para as experiências sociais; suas constantes transformações espaciais e urbanas, que deslocavam e realocavam pessoas de acordo com suas classes sociais.

Entre ideias amplas e problemáticas em definição, a releitura de um livro analisado na graduação reacendeu meu interesse em pesquisar a periferia. Tratava-se de *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*, resultante da dissertação de mestrado da antropóloga Teresa Caldeira (1984). O estudo demonstrou as conexões frutíferas entre trabalho de campo e interpretação antropológica, em que sobressaía o interesse da autora pelas experiências sociais dos moradores de um bairro periférico da cidade de São Paulo. Numa passagem do livro, Caldeira (1984, p. 8/9) elabora questões que expressam a importância, para antropologia, de conhecer a periferia:

Entre explicações globais para um tipo de espaço, entendido sempre pelas suas carências, e interpretações para a atuação de seus moradores, invariavelmente analisada pelo aspecto político, restava para mim espaço para grandes dúvidas: o que acontece todos os dias nesses locais tão inóspitos e miseráveis? Como o espaço é usado pelos moradores? Qual é, enfim, a vida que transcorre nesses bairros de periferia? E não era só isso: quem são essas pessoas que passaram a ser qualificadas pelo espaço que ocuparam na cidade ou pelo tipo de comportamento político? Sabia que eram trabalhadores pobres, explorados e, em geral, engajados nas mais variadas ocupações. No entanto, como seria a sua vida cotidiana? Quais os seus gostos, seus

valores? O que pensam da sociedade em que vivem, do governo que os dirige e também do vizinho do lado, do namorado da filha? O que fazem no dia a dia absorvente do bairro, por vezes tão longínquo das associações, movimentos e reivindicações? O que é tudo aquilo que existe entre a consciência de sua situação desprivilegiada e a atuação em movimentos sociais?

Meu mestrado, que tinha de ser realizado em até dois anos e meio, não daria para ser tão amplo quanto o de Caldeira (1984), que conviveu durante seis anos com a comunidade pesquisada, chegando a morar por três meses no bairro. Em razão desse prazo, minha pesquisa não traria a quantidade de questões que nortearam o estudo da antropóloga. Mas sua primorosa etnografia, de descrição densa, marcaria meu fazer antropológico. Isso porque a releitura do seu livro me aproximou do que eu queria de fato pesquisar, a saber: o laboratório de novas experiências socioculturais e políticas que se tornou as periferias dos novos movimentos sociais, na década de 1990. E, assim, compreender quais níveis de transformação, na cultura, na urbe, na convivência e na subjetividade haviam sido desencadeados por essas lutas insurgentes e propositivas que pautaram o direito à cidade e o direito a ter direitos.

Com um tempo curto para o desenvolvimento do mestrado, eu precisava de inserção em campo para dar um rumo e andamento ao trabalho empírico. Meu conhecimento da época em que atuei como cientista social na Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em 1993, foi fundamental para a definição de um bairro para eu realizar a etnografia. Na FDE eu havia realizado um trabalho de incentivo à participação social em aproximadamente dez bairros populares divididos entre as zonas Leste e Sul paulistanas. Dessas comunidades, escolhi o Jardim São Carlos como campo. Situado na região Leste da cidade de São Paulo, esse bairro foi palco, em 1987, de ocupações promovidas pelo Movimento dos Sem Terra da Zona Leste, que conquistaram um terreno que era de propriedade da empresa transnacional Sharp.

Ao perceber meu entusiasmo com o início do trabalho etnográfico, minha orientadora incentivou-me a trabalhar com a técnica qualitativa de história de vida, a qual permitiria adentrar na teia de relações sociais produtoras de cultura e subjetividade. De fato, para pesquisas qualitativas, já salientava Aspásia Camargo (1984, p. 9),

as histórias de vida representam a melhor maneira de compreender a cultura do lado de dentro como um conjunto vivo, regido pela harmonia interna, não como um conjunto arbitrário de costumes e instituições cuja realidade é percebida. (...) nas histórias de vida o que perdemos em confiabilidade estatística será ganho em frutífera interação entre dados empíricos e proposições teóricas.

Concomitante ao trabalho de campo, estabeleci uma relação mais sistemática com os estudos teóricos, desde o momento em que passei a frequentar as disciplinas do mestrado. Uma delas foi “Seminário de Pesquisa”, ofertada pela antropóloga e professora Carmen Junqueira, em que pude ler de forma mais apurada a bibliografia clássica e contemporânea da antropologia. Também cursei as disciplinas oferecidas pelos professores Luiz Eduardo W. Wanderley e Maria de Lourdes Manzini Covre, que ampliaram meu conhecimento sobre novos movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. Num dado momento, decidi acompanhar as aulas da professora Suely Rolnik, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, para refinar meus conhecimentos sobre a teoria de Félix Guattari e suas análises sobre a produção das subjetividades nas sociedades capitalistas.

Por meio dessas disciplinas, mas também de reuniões de estudo e de orientação, fui me aproximando de outros campos teóricos, em especial do urbanismo, a partir da leitura de, Flávio Villaça (1978), Nabil Bonduki (1994) e Raquel Rolnik (1983) o que contribuiu para ampliar minha compreensão sobre aspectos da materialidade da cidade, sua urbanização, bem como as dinâmicas impostas pelo capitalismo na produção desse espaço. Sem falar que com os urbanistas fui criando gosto pelos mapas e cartografias, documentos que permitem evidenciar ou visibilizar as desigualdades socioespaciais.

O aprofundamento teórico foi contínuo, uma vez que o trabalho etnográfico me colocava novas questões, que exigiam que eu fosse mais analítica. Conforme eu avançava nas histórias de vida e na observação participante, mais assuntos demandavam aprofundamento teórico. E alguns foram ganhando importância e centralidade não só na pesquisa do mestrado, mas na minha produção científica.

A migração foi um desses assuntos recorrentes nas histórias de vida das sujeitas e sujeitos moradores do Jardim São Carlos, que se disponibilizaram a participar da minha pesquisa de mestrado. Ao todo, escutei e gravei 30 histórias de vida, todas de migrantes, a maioria de origem rural e nordestina que para São Paulo se deslocou em busca de melhores condições de vida.

A singularidade do Jardim São Carlos – um bairro paulistano, periférico, habitado por pessoas de origem nordestina – despertava minha atenção para os fatores que levaram à expulsão dessas pessoas de suas terras natais. E eu queria entender como haviam reconstruído suas vidas na capital paulista, sobretudo, entender melhor se o movimento de moradia teve um papel naquela reconstrução. Os relatos revelariam uma gama de situações que os levaram à migrar: a pobreza no campo; a concentração fundiária com

avanço do latifúndio sobre as terras dos pequenos proprietários; o cabresto imposto pelo coronelismo; e a constante seca, geradora do ficou conhecido como indústria da seca.

As análises que realizei no mestrado, ancoradas em Guattari (1987, 1992, 1994), Doimo (1986), Sader (1988) Scherren-Warren (1993), me levaram a compreender que esses migrantes, ao se engajarem no MST da Zona Leste – que inclusive foi gestado num Centro de Direitos Humanos, situado no bairro São Miguel Paulista, na mesma região –, passaram a viver experiências sociais de participação política. Esses moradores eram evocados, em reuniões do movimento, a falar em público sobre sua situação, mas, também, a escutar e a decidir coletivamente.

Em linhas gerais, constatei, pelas histórias de vida, que as experiências de participação eram algo novo na vida de cada um deles, na comparação com o que tinham vivido antes, no Nordeste brasileiro, sob o jugo dos latifundiários, dos coronéis ou mesmo quando recém-chegados a São Paulo, sob a mira da discriminação contra nordestinos presentes em alguns espaços paulistanos, enfim situações que não os colocavam em condição de igualdade e direito. Nas reuniões do MST, em contrapartida, cultivavam-se relações sociais horizontalizadas, em que havia reconhecimento e nas quais cada um era chamado pelo seu próprio nome e possuía um lugar no grupo.

Nas análises de Sader (1988, p. 35),

era o surgimento de uma “nova sociabilidade” (sic) em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada.

As reuniões comunitárias eram incentivadas, sendo que as decisões e os encaminhamentos das lutas deveriam ser tomados a partir desses encontros junto às bases do movimento. Era perceptível que as reuniões tiveram um papel importante na estimulação da consciência política, na reconstrução emocional das pessoas que, naquele momento, haviam rompido com as formas de segregação e humilhação que se colocavam no dia a dia da metrópole paulistana. Ainda mais: faziam com que aqueles que estavam desestruturados pela situação de migração e pobreza e sem relações de convivência ou vínculos afetivos pudessem se reunir. Nesses encontros, os assujeitados transformavam-se em sujeitos.

Nas análises de Ana Doimo (1986, p. 124), essas práticas se

contrapõem a valores fundamentais do capitalismo (competitividade, individualismo, atomização da existência etc.) e à tradição política brasileira (centralização de poder, populismo, paternalismo etc.). Esses movimentos, sejam eles urbanos, rurais ou operários, organizados com base no modelo “comunitário”, promovem mudanças significativas no plano da cultura política.

As experiências que vivi na pesquisa do mestrado foram ensinamentos que carrego até os dias hoje nos meus projetos de pesquisa e extensão junto às comunidades de Uberlândia.

Em maio de 1998, defendi a dissertação intitulada *Apreciando o movimento: uma cartografia da Zona Leste de São Paulo*. Apresentava o estudo antropológico sobre o bairro Jardim São Carlos. Por meio da história social do bairro, analisei temas ligados à segregação socioespacial, à migração, aos modos de subjetivação e à ação dos novos movimentos sociais, que foram representados pela luta por moradia, especialmente o então MST da Zona Leste. Concluí que esses movimentos influenciaram diretamente seus militantes e os antigos moradores do bairro, verdadeiros laboratórios sociais de produção de novas identidades, de cidadania e de nova cultura política.

Dou destaque a dois artigos que publiquei sobre a pesquisa de mestrado:

- CLEMENTE, C.C. O novo milênio e a nova etnografia da periferia. São Paulo. **Revista Unicsul** vol.6, 1999
- CLEMENTE, Claudelir C. A etnografia do tempo livre na cidade de São Paulo. **Revista da Associação de Pós-Graduandos da PUC/SP**, 2001.

Destaco alguns trabalhos completos sobre o mestrado publicados em anais de congressos:

- CLEMENTE, Claudelir C. A violência e a cidadania na produção da subjetividade do morador de periferia. **Anais da XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, Vitória, 1998.
- CLEMENTE, Claudelir C. Recriando o feminino na periferia da cidade de São Paulo. **Anais II Congresso Europeu de Latino Americanistas** Alemanha, Halle, 1998.
- CLEMENTE, Claudelir C. Descubriendo São Paulo a Trave's de las Hablas de los Habitantes de la Periferia in: XI Conferência Internacional de História Oral. **Anais XI Conferência Internacional de História Oral**, Turquia/Istambul, 2000

A docência no ensino superior privado

A possibilidade de lecionar no ensino universitário concretizou-se em 1996, quando fui contratada como professora horista pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), onde permaneci até o início de 2007. Foram 11 anos lecionando nessa instituição, em que comecei ofertando a disciplina de antropologia para o curso de psicologia. Lembro-me que fui muito bem recebida numa sala de aproximadamente 80 alunos. Após finalizar o mestrado, aceitei ampliar minha carga horária e passei a lecionar as disciplinas “Noções de Ciências Sociais”, “Cultura e Cidadania” e “Metodologia da Pesquisa Científica”, para os ciclos básicos dos cursos de administração de empresas e ciências contábeis. Com o tempo, a universidade passou a me atribuir disciplinas em cursos nos quais vislumbrava possibilidades de pesquisa e extensão. Assim, passei a lecionar “Sociologia Geral” e “Antropologia” para os cursos de comunicação social, história, pedagogia, psicologia e serviço social.

De início, encontrei na Unicsul uma instituição aberta às inovações e preocupada em atualizar seus quadros profissionais. Foi um período em que a instituição passava pelo processo de reconhecimento enquanto universidade, o que abria uma série de possibilidades para a pesquisa científica e renovação das práticas de ensino. Minha contratação era resultado desse processo, pois necessitavam ampliar o número de professores com mestrado e com planos de doutoramento. Foi um bom momento, pois eu buscava, na época, uma atuação profissional que me permitisse desenvolver e aprimorar a pesquisa científica e a prática de ensino universitário. Por um período de 5 (cinco) anos, intercalados por licenças para realizar o campo do mestrado e, depois, do doutorado, vivenciei uma universidade empenhada em conquistar um lugar importante entre as instituições de ensino superior. Havia investimentos na atualização dos docentes. A maioria das minhas propostas de atividades de extensão e de pesquisa eram contempladas com financiamentos.

Consegui, então, desenvolver trabalhos significativos. Merece destaque o *Estudo antropológico sobre as festas do Divino*, pesquisa realizada em duas cidades litorâneas: Ilha Bela (1997), em São Paulo, e em Parati (1998), no Rio de Janeiro. Em ambas as atividades visavam propiciar aos alunos de história e comunicação social o contato e a interação com comunidades caiçaras e quilombolas, por meio de inserções etnográficas nas culturas locais. Outra atividade de extensão que organizei, por dois anos consecutivos,

1999 e 2000, foram as “Jornadas Urbanas”, seminários dirigidos aos alunos de graduação e a comunidade em geral, no formato de rodas de conversa conduzidas por palestrantes reconhecidos nas áreas de antropologia, sociologia e urbanismo evocavam a plateia de estudantes e o público para discutir e analisar as relações sociais urbanas entre diferentes sujeitos sociais. Participaram das “Jornadas Urbanas” os professores Aldaisa Sposati (PUC/SP), Heitor Frugoli Jr (USP), Nabil Bonduki (USP), Marcia Regina da Costa (PUC/SP) e Paulo Fontes (FGV).

Na Unicsul também fui coordenadora do programa “Universidade Aberta à Terceira Idade”, no ano letivo de 2000, dirigido a idosos em situação de pobreza e moradores da Zona Leste. Desenvolvíamos atividades que possibilitassem o reconhecimento dos direitos das pessoas idosas. Para isso, contávamos com oficinas de memória e história do bairro, direitos e cidadania, produção poética, teatro, música, danças de salão e passeios. Foi uma experiência incrível, pois uníamos três gerações: estudantes da graduação, professores da universidade e idosos, com pontos de vista diferentes. Ao longo daquele um ano, produzimos uma peça teatral e contribuímos com a elaboração do Estatuto do Idoso e criação de um Centro de Referência à Pessoa Idosa na Zona Leste.

Nesse período em que permaneci na Unicsul orientei três iniciações científicas na graduação de serviço social foram elas: graduanda M. S. Martins (2006) “As contribuições da Pastoral do Migrante na construção de políticas sociais para imigrantes na cidade de São Paulo”; Graduanda L. F. Quadros (2006) “Estudo sobre o impacto das políticas públicas de lazer sobre o cotidiano dos moradores de Vila Curuçã/SP” ; e, graduanda A. F. L. de Lima (2007) “Entre moradia de risco e política de habitação: um estudo antropológico sobre os usos sociais da moradia”.

Significativa foi a experiência como professora na Faculdade Santa Marcelina (FASM), no curso de Relações Internacionais (RI), onde ministrei as disciplinas de “Antropologia” e de “Etnias e Relações Internacionais”. Lembro-me do clima acadêmico agradável, em específico a convivência estudantil que envolvia também os alunos dos cursos de moda e música. Muitas vezes nos deparávamos com o pátio interno tomado por eventos, de música erudita e experimental, desfiles de moda e debates promovidos pelo curso de RI. Na FASM formei um grupo de estudos envolvendo alunos de relações internacionais denominado *O local e o global na metrópole*, no qual, a partir de leituras de textos sobre territorialização, identidade e globalização, associados à observação participante na região sudoeste da cidade de São Paulo, problematizamos temas como

segregação socioespacial, identidades culturais, migrações interestaduais e internacionais, multiculturalismo e conceitos de cidade global.

Também tive a oportunidade de lecionar na PUC/SP por um período determinado, regido por um contrato temporário que vigorou no ano de 2007. Nesse momento, estive ligada ao Departamento de Antropologia e ministrei aulas para os cursos de medicina, história e economia.

Doutorado

Em 2001, ingressei no curso de doutorado em Ciências Sociais pelo PPGCS da PUC/SP, sob orientação da antropóloga Prof^a. Dra. Marcia Regina da Costa. À época, estavam muito em voga as discussões sobre as transformações econômicas e urbanas provocadas pela globalização. O Prof. Octavio Ianni nos esclarecia sobre aqueles acontecimentos:

Desde que começou a desenvolver-se na Europa, o capitalismo adquiriu todas as características de um processo inexorável e universal. Invadiu todos os cantos e recantos do mundo; não só uma, mas várias vezes, sob diferentes formas. Algumas vezes revolucionou tudo de alto a baixo, desbaratando o que encontrava pela frente. Outras, acomodando-se às formas sociais da vida e trabalho que encontrava, em simbiose conveniente e tensa, dinâmica e contraditória (Ianni, 1993, p. 59).

A mim, inquietava a dimensão social da globalização. Quem eram as pessoas que concretizavam a globalização do capital? Como viviam? Como construíam e alimentavam seus vínculos sociais, já que havia um constante deslocamento imposto pelo capital?

Essas questões encontraram algumas possibilidades de respostas num fenômeno que à época chamou atenção da imprensa brasileira: a entrada de profissionais estrangeiros na cidade de São Paulo, motivada pela política de privatizações do Plano Nacional de Desestatização (PND), criado em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

As medidas do PND permitiram que várias empresas transnacionais (nas áreas de energia, petróleo, telecomunicações e outros serviços fundamentais à globalização) comprassem estatais brasileiras. O resultado foi a entrada maciça de profissionais

estrangeiros no Brasil. Acerca deste ingresso em massa, a revista Exame assim se pronunciava:

O Brasil tornou-se o destino de uma nova maré de imigrantes do mundo inteiro. Não um imigrante qualquer. São dirigentes de grandes empresas, engenheiros, geólogos, economistas, advogados, músicos e técnicos de alta especialização que, dos últimos seis anos pra cá, começaram a chegar num número crescente munidos de autorização para trabalhar. Trata-se de um movimento sem precedentes na história do Brasil. Há neste momento, segundo estimativas do Ministério do Trabalho e Emprego, um total de 19.000 profissionais estrangeiros com visto temporário para exercer seu ofício no país (Caixeta, 2000.)

Ao ler essa reportagem, e já inquieta com a dimensão social da globalização, identifiquei nestes trabalhadores potenciais sujeitos da pesquisa do doutorado. Passei a chamá-los de profissionais transnacionais, pelo seu vínculo com empresas transnacionais e por evidenciarem a dependência destas cooperações do elemento humano, que garante, através da sua mobilidade, a implantação dos valores corporativos em países com diferentes culturas, inclusive os valores empresariais. Resolvi, então, buscar um entendimento da questão, para além dos territórios financeiros que as transnacionais mobilizam.

Os profissionais transnacionais, ao encarnar o intenso movimento, disponibilizarem-se a ir para onde a empresa necessita, e não cogitarem um regresso à terra natal, acabam revelando, inclusive para a Antropologia, um modo de ser e viver diferente daquele que experimentam as pessoas que passam suas vidas num mesmo bairro, cidade e país. Revelam que no movimento de expansão geográfica do capitalismo há uma vida social que flui. São relações de amizade, de afetividade, de maternidade e de paternidade vividas por estes profissionais.

Voltar-se para experiência destes trabalhadores que se tornam capazes de estar aqui e de estar lá, capazes de entrar num universo de normas que lhes são diferentes, relacionar-se com elas, ressignificá-las a favor de seus interesses ou, simplesmente, não se envolver, permitia à Antropologia a compreensão de novas configurações sociais e simbólicas que emergiam com a globalização.

No entanto, em 2001 os estudos sobre globalização concentravam-se intensivamente sobre o aspecto teórico. Isso chamava nossa atenção para os grandes processos macros que se acredita serem os responsáveis pela globalização econômica.

Eram escassas, ao menos no Brasil, etnografias e análises na área de Ciências Sociais que discutissem as relações sociais dessas pessoas para além do espaço físico da empresa, detendo-se à sua vida social na cidade, sede de seu escritório ou fábrica.

Ainda em 2001, comecei a planejar formas de me aproximar do segmento. Assim, com base nas informações da revista Exame sobre a entrada destes profissionais no Brasil e com sua forte concentração em empresas sediadas na cidade de São Paulo, comecei a planejar formas de inserção no campo.

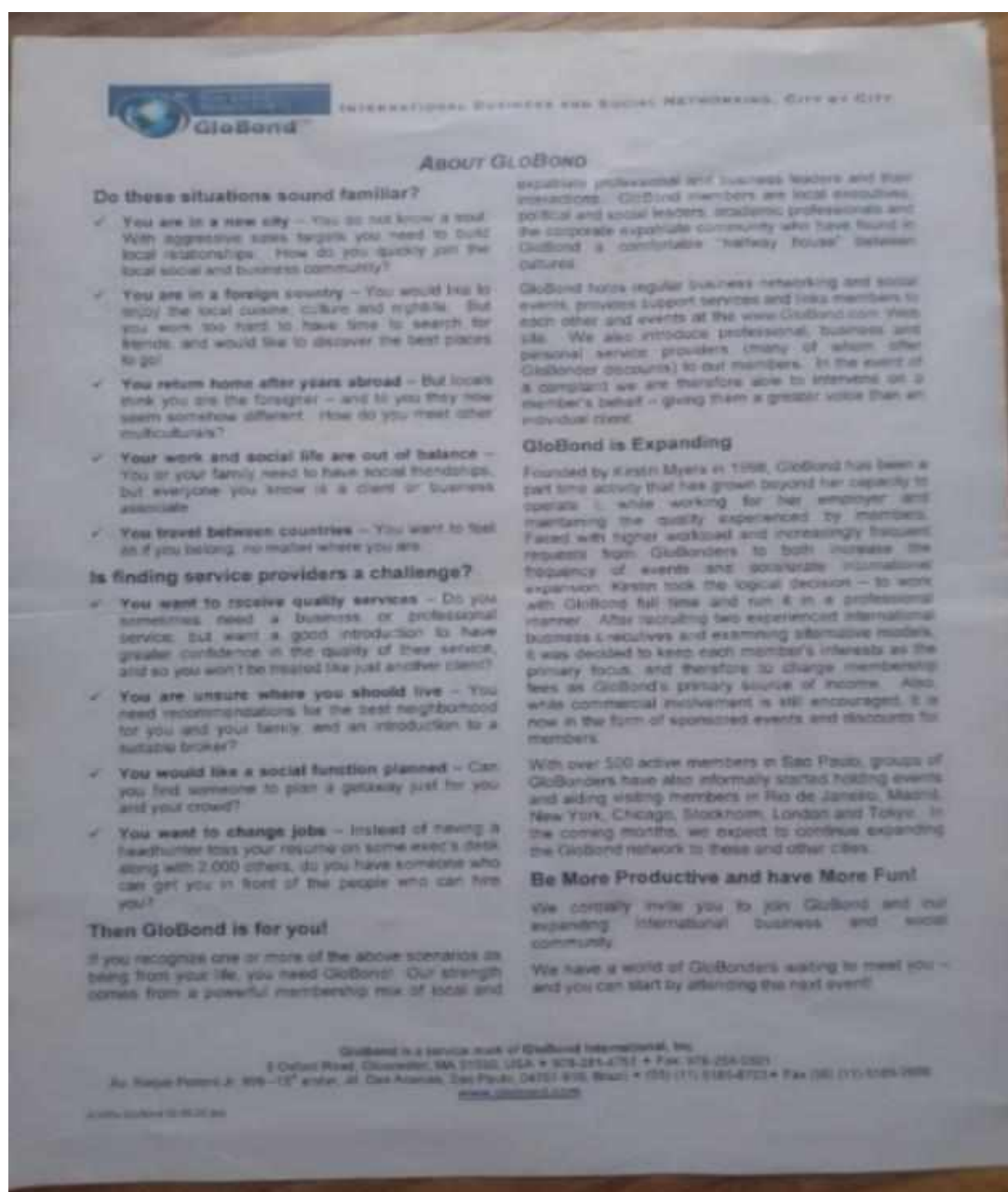
Uma amiga, que fora assessora de recursos humanos na empresa de cosméticos Shiseido, sabendo da minha pesquisa, apresentou-me a um executivo japonês. Ela marcou um jantar conosco, num restaurante de gastronomia japonesa situado no bairro da Liberdade, e nos colocou em contato.

Durante o jantar, começamos com um bate-papo que aos poucos virou relato de história de vida. A época, 2001, ele tinha 65 anos, e tinha uma vasta experiência de atuação empresarial internacional no setor de eletroeletrônicos, inclusive já tinha trabalhado na Sony com sede no Brasil. Entre um bate-papo e uma pergunta mais objetiva, por vezes traduzida em japonês pela minha amiga, ele começou a rememorar o seu processo de adaptação em São Paulo.

Lembrou-se de suas filhas, que foram escolarizadas em inglês nas escolas bilíngues de ensino fundamental particulares situadas em São Paulo. Depois enfatizou, com um olhar que ainda lembro, reflexivo, que as meninas, na época da entrevista já moças, não se sentiam japonesas, mesmo tendo nascido no Japão e em uma família japonesa.

Esse relato foi o momento em que me dei conta da magnitude do meu campo. Sentia que estava lidando com questões muito complexas; uma delas, a de se sentir estrangeiro no seu país de origem e de sentir em débito com suas tradições e costumes.

No ano de 2002, entrevistei mais três pessoas. Além de um alemão, na faixa dos 30 anos, que conheci através de uma amiga, entrevistei mais duas mulheres norte-americanas apresentadas por ele. Uma americana havia organizado um *site*, denominado Globond, para promover encontro expatriados, termo utilizado pelas empresas para este tipo de profissional transnacional, e me convidou para participar de encontros de *happy hour* que ela promovia em alguns bares da cidade de São Paulo. Comecei a frequentar estes *happy-hour*.



Folder da *Globond* recebido em 2002

Fonte: Acervo da autora

Outra possibilidade de realização da etnografia veio a partir de contatos que fiz com o Consulado Francês localizado em São Paulo. Estava indo bem na etnografia e no acesso às histórias de vida; no entanto, ainda sentia falta de ler e de conhecer diferentes análises teóricas sobre as experiências sociais de profissionais transnacionais.

A resolução desta dificuldade veio em parte com minha participação como estudante de doutorado do projeto internacional “Desigualdades e rupturas sociais um estudo comparativo entre São Paulo e Paris”, fruto do acordo CAPES/COFECUB, coordenado no Brasil pela Prof^a. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras, e na França pelo Prof. Dr. Serge Paugam.

Nas reuniões de execução do projeto, as doutorandas, como eu, tiveram a oportunidade de aprimorar tanto metodológica quanto teoricamente suas pesquisas. A análise teórica do meu doutorado mereceu maior aprofundamento, com a possibilidade de ambas as equipes participarem de jornadas e estágios de estudo no país parceiro.

Assim, em 2002 fui contemplada pela CAPES com uma bolsa de doutorado sanduíche de nove meses na *École de Hautes en Science Sociales* de Paris – EHESS/PARIS, sob orientação do Prof. Dr. Serge Paugam. Aluguei um quarto na *Maison du Brésil*, na Cidade Universitária de Paris. Um dormitório bem equipado, com um frigobar, cama de solteiro, escrivaninha e armários. A cozinha era externa, de uso coletivo, o que me aproximou de outras e de outros residentes brasileiros, mas também de outras nacionalidades.

Bem instalada num bairro universitário no coração de Paris, tive as condições necessárias para dedicar-me à pesquisa. Realizei uma série de atividades. Acompanhei sistematicamente o seminário de “Sociologia das desigualdades e das rupturas sociais”, dirigido pelo Prof. Dr. Serge Paugam, cujas análises permitiram-me novas considerações sobre sociabilidade e sobre um tipo de convivência social entre iguais, que, em francês, é entendido como *entre-soi*. Isso fazia muito sentido para análises das observações etnográficas que realizei nos encontros de *happy hour* dos profissionais transnacionais, porque era comum, entre eles, estreitar amizades com pessoas que viviam a mesma condição que a deles; ou seja, num país diferente, suas amizades eram com estrangeiros também.

Acompanhei o seminário “Antropologia dos Sistemas Mundiais”, dirigido pelo Prof. Dr. Jonathan Friedman, que abordou, a partir do contexto da globalização, temas e questões concernentes à gênese de novas relações sociais, de novas configurações de identidades culturais, étnicas, sexuais e religiosas. O citado seminário também analisou as transformações na estrutura de classe, a formação de novas elites mundiais e a produção de novas representações de mundo. Encontrei neste seminário um espaço importante para debater e compreender as diferentes maneiras de abordar o meu objeto de pesquisa.

Neste período de estudos na França, participei de outros centros de pesquisa franceses e fiz amizades acadêmicas que perduram até os dias de hoje. Essas amizades ocorreram em alguns laboratórios. No *Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines* (IRESCO), espaço de pesquisa em ciências sociais criado em 1986 pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), um novo caminho analítico foi aberto em minha pesquisa. Dediquei-me às atividades do laboratório *Unité de Liason Internationales en Science Sociale* (ULISS), coordenado pelo Dr. Jean-Charles Lagree, e às do laboratório *Culture e Sociétés Urbaine* (CSU), coordenado, naquele período, pela Dra. Monique Pinçon-Charlot.

Dr. Jean Charles Lagree, do ULISS/IRESCO, com sua solidariedade acadêmica, possibilitou-me usufruir do restaurante do IRESCO, usar computador e linha telefônica, desde o momento em que cheguei a Paris até quando pude comprar um *notebook* e usá-lo no meu quarto, na *Maison du Brésil*. Mas foi nas nossas conversas que encontrei dicas importantes para o projeto.

Foi o Dr. Lagree que me apresentou pesquisas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o que ampliou minha base de dados sobre profissionais transnacionais. Ele me colocou em contato com outros pesquisadores do IRESCO. No ULISS, desfrutei de uma convivência agradável e solidária. Como é um tipo de laboratório em ciências sociais que recebia pesquisadoras e pesquisadores de todos os continentes, pude fazer amizade com pessoas de origens burquinense, malinesa, tunisiana, argelina, francesa, húngara, italiana, sueca, alemã e francesa.

Naquelas experiências de pesquisa em Paris, desfrutei de uma convivência que foi muito significativa para mim, mulher preta, bisneta de escravizados: o convívio com a diáspora africana em Paris. Aprendi um pouco mais sobre as culturas dos povos e etnias africanas.

No CSU/IRESCO, participei de seminários e recebi orientações da Prof^a. Dra. Monique Pinçon-Charlot e do Prof. Dr. Michel Pinçon, autores de vários livros; entre eles, o livro intitulado *Quartiers bourgeois, quartiers d'affaires* Editions Payot (1992), cuja leitura contribuiu para eu compreender melhor as elites e seu viver entre iguais.

As análises de Michel e Monique Pinçon (1992) demonstram que, nas cidades de Paris, Londres, Madri e Bruxelas, as elites cultivam o *entre-soi* (que, numa tradução livre, pode significar estar “entre iguais” ou, mais ao pé da letra, “entre si”). Este *entre-soi* geográfico assegura o viver entre os semelhantes e partilhar com eles o cotidiano.

O *entre-soi* residencial constitui-se um elemento estratégico para garantir a reprodução das posições dominantes, pois nestes bairros de elite encontraremos uma série de recursos que permite aos moradores que seus filhos vivam e estudem em lugares controlados pelo seu poder. A sociabilidade cultivada nestes bairros também é importante na socialização e educação dos gostos. Tornou-se comum entre as elites a busca de segurança para garantir e manter seu patrimônio, motivo porque desenvolvem e vivem a sociabilidade assegurada em lugares fechados.

Os Pinçon apresentaram-me à Prof^a. Dra. Anne-Catherine Wagner, da Universidade Paris I e autora do livro *Les nouvelles élites de la mondialisation*, P.U.F (1998). Esse contato transformou-se em amizade e parceria, pois Anne-Catherine pesquisa profissionais transnacionais na cidade de Paris. Ela colocou-me em contato com Prof. Dr. Alain Tarrius, autor de *Les fourmis d'Europe*, L'Harmattan (1992). Ele foi um dos primeiros antropólogos a analisar a circulação de profissionais transnacionais.

Felizmente, no estágio doutoral em Paris pude ampliar meus conhecimentos teóricos sobre mobilidade transnacional e consegui traçar um esboço daquilo que seria o meu doutorado. Voltei para o Brasil em 2003, com algumas indicações, feitas pelos colegas que conheci em Paris, de possíveis pessoas com perfis de trabalhadores transnacionais que poderiam ser entrevistadas para minha pesquisa. Destas indicações, consegui quatro entrevistas com franceses trabalhando no Brasil.

No mesmo ano, dei início ao texto de qualificação, lancei-me em novas buscas científicas, encontrando na sociologia inglesa contemporânea um estudo sobre mobilidade de profissionais qualificados, do Prof. Dr. Paul Kennedy, que após inúmeras correspondências por e-mail, sobre nossas pesquisas, tornou-se amigo que no futuro viria a participar do Seminário Internacional sobre Diásporas, Redes e Guetos, na PUC/SP.

Concluí o doutorado em 2005, com a tese intitulada *A vida social transnacional: um estudo sobre o território e os vínculos sociais constituídos por profissionais transnacionais*. O resultado foi uma análise sobre os vínculos sociais constituídos por profissionais transnacionais (executivos e técnicos) que vivem em movimento pelo mundo – um modo de atender aos interesses da empresa transnacional para a qual trabalham.

Por meio dos deslocamentos geográficos destes profissionais, observei os laços sociais constituídos ao longo da mobilidade; a constituição de um espaço social transnacional no qual se movimentam outros grupos e indivíduos; a construção de vínculos sociais transnacionais entre aqueles que se deslocam; as influências da empresa

capitalista na mobilidade; e as relações sociais locais, que foram focadas na cidade de São Paulo. Constatei que os usos e apropriações da metrópole paulista por este grupo atraíram investimentos imobiliários e de lazer em prol do próprio segmento, gerando concentração de serviços de qualidade em áreas já privilegiadas da cidade e acirrando antigas desigualdades sociais.

No que se refere à temática do deslocamento humano, a mobilidade transnacional destes profissionais revelou todo um universo em movimento – do qual participam outros grupos e indivíduos que fazem desta realidade um laboratório de novas maneiras de viver o social no e pelo movimento.

Os limites impostos pelas fronteiras físicas das cidades, dos países e do Estado-Nação parecem não conter esta experiência social que se processa no movimento, revelando uma vida social para além dos territórios fixos, mas passível de ocorrer na mobilidade.

Da pesquisa do doutorado resultaram os seguintes artigos e trabalhos completos:

- CLEMENTE, Claudelir Correa. Redes transnacionais de profissionais expatriados ou *expats*. **Ponto-e-Vírgula**, PUC/SP, v. 1, p. 130-137, 2008;
- CLEMENTE, Claudelir Correa. Vivendo a transnacionalidade na cidade de São Paulo. **Revista UNICSUL**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2005;
- CLEMENTE, Claudelir Correa. **Analisando territórios e laços sociais de pessoas que vivem em mobilidade internacional**. Disponível no site www.abep.org.br. ABEP, 2005;
- CLEMENTE, Claudelir Correa. **Vínculos sociais entre profissionais transnacionais**. *Paper* disponível no CDrom da XXV ABA. ABA, 2006;
- CLEMENTE, Claudelir Correa. Produções em áudio visual. **Ex-patriados**, 2005; e **Mutações Urbanas**, 2004 (ambos são programas veiculados no Canal Universitário UNICSUL).

Com a conclusão do doutorado, continuei minhas pesquisas no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), onde fui bolsista recém-doutora, desenvolvendo pesquisa no período de 2006 a 2007, no Programa de Formação de Quadros, coordenado pelo Prof. Dr. José Giannotti. Meu projeto, *Análise sobre a reprodução das elites na globalização: processos de socialização e convivência social entre profissionais estrangeiros e grupos sociais de elite na cidade de São Paulo*, buscava, por meio de estudo da sociabilidade de trabalhadores transnacionais estrangeiros que vivem em São

Paulo, analisar temas ligados à reprodução das elites na globalização e os mecanismos que acirram a segregação socioespacial na metrópole paulista. A presença dessa força de trabalho que ganha altos salários têm gerado uma série de transformações urbanas de alto padrão em proveito destes grupos, e como consequência observa-se novas configurações de desigualdades sociais.

Ligada ao CEBRAP, pude realizar, no ano 2006, em parceria com as minhas orientadoras Prof.^a Marcia Regina da Costa e a Prof.^a Teresinha Bernardo, o “Seminário Internacional Diásporas, redes e guetos: novos conceitos e novas configurações no cenário transnacional”, financiado pelo programa PAEP/CAPES. Isso resultou na publicação de um livro de mesmo nome, em 2008.

Em linhas gerais, o seminário buscou ampliar o quadro teórico sobre mobilidade internacional e imigração, problematizando os aspectos pluridimensionais da mobilidade. Recebemos contribuições significativas, como as do Prof. Michel Wieviorka, da EHESS; as da Prof.^a Maura Veras, da PUC/SP; e as do Prof. Paul Kennedy, da Universidade Metropolitana de Manchester (MMU).

Na ocasião, apresentei parte da pesquisa que desenvolvi como bolsista recém-doutora do CEBRAP, em capítulo intitulado “Sociabilidades que cruzam fronteiras: profissionais transnacionais”, publicado em 2008 no livro que coorganizei com a Prof.^a Teresinha Bernardo: *Diásporas, redes e guetos: novos conceitos e novas configurações no cenário transnacional* pela editora EDUC. E no ano de 2009 publiquei os artigos: “Entre visibilidade e invisibilidades: as redes de profissionais transnacionais”. REMHU, v. 1, 2009 e « Natifs de la transnationalisation : les professionnels français à São Paulo ». **Hommes & migrations**, n.1281, 2009.

PARTE II

A atuação na Universidade Federal de Uberlândia

Ensino

Na minha perspectiva, a possibilidade de ser docente efetiva da Universidade Federal de Uberlândia é parte de um processo de redemocratização do país, sobretudo da força dos movimentos sociais e de gestões de governos que paulatinamente passaram a

atender as reivindicações populares, com vistas à inclusão social de profissionais/docentes pertencentes a segmentos populacionais historicamente excluídos da carreira do magistério superior federal. O REUNI contribuiu para meu ingresso na carreira do magistério superior.

A minha nomeação como docente da área de antropologia, no então Departamento de Ciências Sociais (DECIS) e atual Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da UFU, em 22 de janeiro de 2009, deve-se muito às brechas que os movimentos sociais criam para pessoas como eu, mulher, negra, filha da classe operária, de infância e juventude em bairro periférico. Foram por elas que eu entrei, porque sou uma das poucas docentes negras no ensino superior público.

Abria-se uma nova possibilidade de realização profissional. Ao meu lado estava minha família idosa, que resolveu vir para Uberlândia e passar longas temporadas comigo, mas nunca quiseram fazer da cidade um lugar de residência. Na ocasião, minha mãe e minha tia ainda eram vivas. Elas e meu pai tinham mais de 70 anos. A cidade mineira de porte médio, clima quente e belos horizontes, próprios do Cerrado, brindava-nos (e ainda brinda) com encantadores e esperançosos, nasceres e pores do Sol.



Foto acervo da autora: Tia, mãe e pai, 2014.

E nos apresentou o grandioso congado de Uberlândia, que celebra São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, manifestação da cultura popular que nos acolheu e nos tocou profundamente.

Uberlândia, ontem e hoje, aguça minhas ideias para o ensino, pesquisa e extensão. No meu horizonte, uma mesorregião a desvendar: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba,

que aos poucos foi mostrando suas dimensões, riquezas, promoções e culturas, mais também suas mazelas, pobreza, segregações e dominação. Minha verve antropológica, com tons sociológicos e degradês de ciência política, convocava-me a interagir, de perto e de dentro (Magnani, 2002), com aquele novo universo que abria para mim uma perspectiva para além da metrópole paulistana, até então minha territorialidade de produção acadêmica.

Profissionalmente, a entrada na UFU me trouxe novidades enriquecedoras. Uma delas, e a mais importante, foi lecionar para estudantes do curso de ciências sociais. Sou grata a UFU por essa oportunidade de atuar dentro do meu campo de formação e poder contribuir para a permanência dos cursos de Ciências Sociais no Brasil.

Entre as disciplinas lecionadas na graduação destaco as que leciono com mais frequência, ao longo desses 15 anos na universidade: “Antropologia do Brasil”, “Antropologia IV” e “Antropologia das Sociedades Complexas”, componentes curriculares do antigo projeto pedagógico. A partir de 2019, venho ministrando “Seminário de Pesquisa em Antropologia”, “Dimensões de Atuação Antropológica” e “Estágio Supervisionado I”.

Além da graduação em ciências sociais, também ministro aulas com muita frequência no curso de artes visuais, a disciplina “Antropologia da Arte”, e ministro esporadicamente a disciplina “Cultura, Sociedade e Políticas Públicas”, para o curso de engenharia ambiental. Já para os cursos de história e psicologia lecionei “Antropologia Cultural”.

Em 2010 ingressei como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFU. Iniciei ministrando a disciplina “Tópicos Especiais em Teorias da Cultura” e, a partir de 2012, passei a lecionar “Teoria Antropológica” e “Teoria Antropológica Contemporânea”, disciplinas que tenho ministrado até o presente ano de 2024.

Sempre busquei no ensino de antropologia, principalmente, na graduação, conciliar teoria e etnografia, pois o campo é uma das vias de construção do conhecimento antropológico. Assim, em meus planos de ensino da graduação sempre reservam espaço para debates teóricos que, referendados nas ementas de cada disciplina, permitam aos estudantes conhecer as especificidades teórico-metodológicas de cada uma das correntes antropológicas, mas também saibam abstrair do debate aspectos que servirão para orientar o trabalho etnográfico.

Particularmente, foi ministrando as disciplinas de antropologia para ciências sociais que comecei a conhecer melhor a cidade de Uberlândia, em especial sua cultura congadeira. Assim, no ano de 2009, nas primeiras inserções etnográficas que desenvolvi com discentes, tivemos contato com as preparações da festa do congado dedicada à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, evento organizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e São Benedito de Uberlândia. Essa festividade, composta majoritariamente por afro-brasileiros, é fruto histórico das irmandades dos homens pretos dos tempos de escravidão no Brasil Colônia.

Estudantes e eu passamos a frequentar as atividades que antecedem a festa, seus bingos, seus almoços para arrecadação de fundos, seus ensaios na rua. Essa primeira aproximação com o congado uberlandense me fez entrar em contato com o cotidiano da população negra local. À época, as poucas e significativas reflexões sobre a população negra da cidade emergiam das produções científicas em torno da lei nº 10.639/2003, nas raras monografias e teses da área de ciências humanas e nas publicações resultantes de projetos científicos e extensionistas desenvolvidos na nossa universidade.

Tal realidade chamou minha atenção e, a partir desse momento, passei a investir em extensão e pesquisa sobre a realidade afro-brasileira de Uberlândia. Foi nesse espaço de ensino, orientando alunos nos seus trabalhos de graduação e pós-graduação, ministrando aulas, que tomaram forma algumas das ideias que se desenvolveram no âmbito da extensão e da pesquisa. É nesse sentido que afirmo ser o espaço de ensino também um espaço criativo de mão dupla. Construído dessa forma, ele se constitui como uma atividade extremamente instigante e provocativa.

Extensão

Os primeiros cinco anos que sucederam a minha nomeação na UFU foram muito importantes para minha carreira docente. Ao final de 2009 eu já tinha certo conhecimento inicial da dinâmica da universidade pública. Somado a isso, as inserções etnográficas com os alunos fizeram com que eu passasse a conhecer melhor a cidade, seus bairros, suas regiões de segregação e de promoção/valorização socioespacial.

Nessa perspectiva, no verão de 2010 surgiu a oportunidade de participar, através da Pro-Reitoria de Extensão, do Projeto Rondon Operação Centro Nordeste Alagoas. A proposta era interessante porque se ancorava em premissas defendidas pelo presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, em seu segundo mandato. Eu e a professora Patrícia Magnabosco, vinculada ao curso de enfermagem, ficamos empolgadas porque eu tinha a intenção de desenvolver uma oficina em direitos humanos, enquanto a professora Patrícia pretendia incentivar mulheres das camadas populares a realizarem exames de prevenção ginecológicos.

Assim, elaboramos o projeto intitulado *Informação, capacitação e trabalho no campo da cultura, educação, saúde: melhoria da qualidade de vida da população*, contemplado pelo edital do governo federal. Sua realização ocorreu no município de Murici/AL, entre janeiro e fevereiro de 2010, envolveu viagens com aproximadamente oito alunos dos cursos de ciências sociais, história e enfermagem, acompanhados por nós duas.

A experiência gerou o artigo “Projeto Rondon: relato de experiência na cidade de Murici” (CLEMENTE, C. C.; MAGNABOSCO, P. ; SILVA, E. A. ; MARQUES, R. S. ; MIRANDA, H. M.), publicado na Revista em Extensão (2011).

A extensão é a dimensão da atuação docente que me coloca mais em contato com as pessoas, a atividade que permite a adoção de metodologias mais interativas e colaborativas. E eu gosto disso.

Outra ação extensionista inicial foi a coordenação do projeto *Cultura política e mulheres de comunidades populares*, realizada no período 2010-2011, escrito por mim e financiado pelo edital nº 11/MEC/SECAD/2009, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFU) e de seu Programa Conexões Saberes. O Projeto buscou viabilizar, no âmbito da vida comunitária e universitária, o aprimoramento de metodologias colaborativas, a partir da observação, análise e incorporação de formas de ação comunitária desenvolvidas, sobretudo, por mulheres de comunidades populares. O financiamento permitiu remunerar duas bolsistas, as estudantes Patricia Assunção, vinculada às ciências sociais, e Samira Raquel, das artes visuais. Em estreita colaboração, desenvolvemos o projeto junto às mulheres vinculadas à Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Eu mergulhava cada vez mais nos estudos sobre o congado. Suas Casas e Ternos abriam suas portas, nos convidavam para entrar e conversar. E lá eu e as estudantes, em finais de semana afora, pensando com congadeiras e congadeiros em como manter viva a cultura dos congos.

Dessa experiência redundou o capítulo “Cultura política e mulheres de comunidades populares: ação feminina na congada de Uberlândia”, escrito em co-autoria

com as estudantes Patrícia Assunção e Samira Raquel, publicado no livro *Diálogos, comunidade, cidadania: programa Conexões de Saberes* (Santos *et al.*, 2011).

Na universidade, mais aberturas de editais que convocavam professoras e professores a propor projetos. Nesse contexto, em 2010, por incentivo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP/UFU), nasceu o embrião do grupo de pesquisa MOVITE – Mobilidades, Vínculos Sociais, Território e Etnicidade, com o intuito de fortalecer a extensão através de pesquisa. Tratarei do MOVITE mais adiante.

Na extensão, em 2012, lembro-me das reuniões amplas, com participação expressiva, coordenadas por quadros técnicos e docentes vinculados à administração da PROEX UFU, apresentando os editais para docentes interessadas e interessados. Foi um momento de grande bonança na extensão e quando tive minha principal proposta de extensão aprovada: o Programa Observatório Etnográfico das Culturas (OBEC), realizado junto às comunidades étnicas e de periferias urbanas do estado de Minas Gerais. Em específico, com os grupos sociais envolvidos no cultivo da memória cultural afrodescendentes na cidade de Uberlândia e, na primeira versão do programa, 2012-2013, com grupos da Aldeia Indígena Maxakali. Ambas populações apresentam práticas sociais produtoras de bens culturais de natureza material e imaterial que constituem seu patrimônio cultural. No projeto considerou-se a cultura como um movimento de construção e reconstrução permanente, passível de transformações contínuas e fonte de referenciais simbólicos importantes para a vida social. Desde então o programa visa munir esses grupos sociais de informações que permitam viabilizar a continuação das práticas culturais significativas aos grupos, por meio de métodos que envolvam a antropologia e os saberes populares. Visa também mapear, etnografar, fotografar e filmar a cultura material e imaterial dessas comunidades e, sobretudo, partilhar essas formas de produção cultural com o público em geral.

Tive a chance de escrever a primeira versão desse programa com o professor Rodrigo Ribeiro Barbosa, hoje docente da Unifesp – Campus Guarulhos. Na ocasião, ele coordenou os trabalhos com Aldeia Indígena Maxakali. Eu fiquei responsável pelos trabalhos junto à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Fomos contemplados com um significativo financiamento pelo Edital MEC/PROEXT 2012. O auxílio nos permitiu ter verba para equipamentos como notebook, câmeras fotográficas e de vídeo, bem como remunerar com bolsas mais dez alunos, seis das ciências sociais e quatro do curso de arquitetura e urbanismo.

Responsáveis por mapear, etnografar, fotografar e filmar a cultura material e imaterial produzida pelo congado da irmandade, eu e os bolsistas (das ciências sociais Iane Ulhoa Faria, Lucila Ricci Viganó, Mariana Andrade Barcelos Rosa, Pollyanna Fabrini, Tailon Aparecido; de artes visuais Gabriel Florentino de Andrade Costa e a bolsista de arquitetura e urbanismo Andressa da Costa Araujo trabalhamos intensamente, de dia e à noite e em muitos finais de semana. Acompanhando os 25 ternos (grupos) de congado de Uberlândia; coletamos muitas histórias de vida, entre elas a do saudoso presidente da Irmandade Senhor Deny Nascimento.

O OBEC tornou-se um programa contínuo, e nele concentro meus esforços em extensão. O programa não é mais financiado pelo MEC desde 2013, mas algumas ações pontuais, de curta duração, como rodas de conversa, mesas redondas, costumo submeter a editais que financiem a atividade em si. Além disso, por vezes é possível também pleitear bolsas de curta duração, apenas para executar uma ação específica dentro programa.

Derivado do programa OBEC, propus, em 2014, o projeto o MAPANCO – Mapa Antropológico do Congado, submetido ao edital PROEXT MEC 2014, como uma proposta de continuidade das ações do OBEC, com vistas à publicação dos resultados e à criação da Coleção Observatório Etnográfico, em parceria com a Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU). O projeto teve como objetivo mapear, por meio de observações etnográficas, registro fotográfico e documentação audiovisual, as experiências sociais e produção de bens de caráter material e imaterial dos Congadas de Uberlândia. Almejava, sobretudo, incentivar publicações com perspectiva etnográfica e condizentes com as pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa MOVITE – Mobilidades, Vínculos Sociais, Território e Etnicidade.

A seguir, um dos eventos de divulgação da produção científica realizada a partir do programa OBEC do projeto MAPANCO:

comunica.ufu.br

Portal de Notícias da UFU
Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Ciências Sociais realiza I Jornada da Cultura Afro-brasileira

Instituto de Ciências Sociais realiza I Jornada da Cultura Afro-brasileira

Data de Publicação: 05/12/2013 - 08:29
Por anabeatriz@cs.ufu.br

Evento lembra os 10 anos da lei 10.639/03



**OBSERVATÓRIO ETNOGRÁFICO DAS CULTURAS
MAPA ANTROPOLÓGICO DO CONGADO
Promove :
I JORNADA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

10 anos da lei 10639/03

06 e 10 de dezembro 2013
Local: UFU Campus Santa Mônica
Auditório 5 OG

Ana Beatriz Tuma (estagiária de graduação) Começa nesta sexta-feira (6/12) a I Jornada da Cultura Afro-brasileira: 10 anos da lei 10.639/03, promovida pelo Observatório Etnográfico das Culturas/ Mapa Antropológico do Congado, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (INCIS/UFU). O evento que vai até terça-feira (10/12) será no auditório G, do bloco 5 O, Campus Santa Mônica. A I Jornada contará com palestras, rodas de conversa e lançamento do livro Negros, Cultura e Vida Urbana, da professora do INCIS/UFU, Claudelir Corrêa Clemente e do professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), José Carlos Gomes da Silva. As atividades serão ministradas por pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Universidade de Brasília (UnB), da Unifesp e da UFU e por congadeiros de Uberlândia. Para conferir a programação completa clique aqui. A inscrição será feita, gratuitamente, no próprio dia do evento. Haverá emissão de certificado. Sobre a lei 10.639/03 Torna de caráter obrigatório, nos currículos de escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio, o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Este site usa cookies para nos ajudar a oferecer uma melhor experiência ao visitar-nos. Ao continuar a usar este site, você concorda com o uso desses cookies. Conheça nossa [Política de Cookies](#) e [Política de Privacidade](#).

Aceitar

1/2

Fonte: site da Universidade Federal de Uberlândia.

Através do OBEC e do MAPANCO, aprofundei meus conhecimentos sobre a condição negra no Brasil. Diferentemente de São Paulo, minha terra de origem e onde iniciei minha carreira acadêmica, Minas Gerais tem, entre as comunidades negras, uma memória muito viva da história social afro desde os tempos iniciais da colonização.

Constatei, ao longo do desenvolvimento destas atividades de extensão, que

As primeiras manifestações congadeiras datam dos tempos de escravização das populações negras no Brasil colonial. Ao longo da história social do Triângulo Mineiro essa celebração constituiu-se como uma espécie de *locus* cultural onde são cultivados valores da cultura negra e pelo qual a maioria dos afrodescendentes, principalmente os de origem popular, alimentam sua consciência racial (Clemente, 2020, p. 20).

Em Uberlândia, essa força cultural negra congadeira é visível. A cidade tem um papel importante nesse universo, pois possui uma Congada com mais de 140 anos, a primeira da região a ser reconhecida, em 2008, como Patrimônio Imaterial Municipal.

Uma das primeiras irmandades dos Homens Pretos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Uberlândia (INSRSB), oficializada em 1916. O já falecido Senhor Deny Nascimento, presidente da irmandade, nos relatou, em entrevista em 2013, que as celebrações da congada já ocorriam desde 1874, tendo sido o seu avô, ainda na condição de escravizado, o primeiro organizador desses louvores aos santos católicos, através de grupo musical de base percussiva denominado Terno de Congo. Esses grupos também são denominados pelos congadeiros como Catupés, Marinheiros, Marujos e Moçambiques. Gradativamente, o número de ternos aumentou na cidade de Uberlândia. Atualmente, conta-se com mais de 25 ternos.

A Congada de Uberlândia tem um papel significativo nas vidas das mulheres e homens negros da região. É uma festa de devoção católica, preparada durante alguns meses do ano. Envolve ternos (grupos) de congada, visitas fraternas, terços, bingos, leilões, cujo encerramento é marcado por uma celebração, no segundo domingo de outubro, à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito.

Haja vista constituir-se como uma cultura ancestral, a congada tem esse potencial agregador que ganha mais evidência entre o período de preparação dos festejos até sua celebração final. Nesse momento, as populações negras da mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, engajadas na cultura congadeira, desencadeiam um processo intenso de deslocamentos intermunicipais, intrabairros e interbairros, configurando um tipo de cartografia negra dentro do território dominado pelo agronegócio.

Aprendo, na execução dos meus projetos com a congada, que a universidade ganha muito na interação com as congadeiras e congadeiros. Eles nos ensinam a ser colaborativos a fomentar interlocuções entre a ciência e os conhecimentos erigidos nas culturas de matriz africana.

Na trilha de Marcel Mauss, passou-se a observar que esse encontro entre a academia e a congada abriu um canal de trocas pelo qual circulam, até os dias de hoje

pessoas, palavras, eventos, ideias, projetos, dissertações, teses, políticas e amizades.

É fato que as relações entre ambas (universidade e congada) contribuíram para nutrir intelectualmente um campo reflexivo antirracista, algo já cultivado pelos congadeiros. Mas, com a entrada de pessoas atuantes na universidade, houve uma ampliação do escopo das discussões acerca dos problemas que afetam a negritude. Esse encontro é importante, em razão de o racismo brasileiro contra negras e negros basear-se numa perversa etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de status e de possibilidades econômicas, convivendo com uma suposta cidadania para todos e indiferenciação formal: “[...] um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado principalmente em diferenças fenotípicas e cristalizado num vocabulário cromático” (Guimarães, 1995, p. 27-28).

Acredito que para desvelar esse sistema é preciso refletir conjuntamente e incorporar também os estudos acadêmicos. Há, ainda, outro fator que deve ser considerado: o da concentração perversa e distribuição desigual da riqueza brasileira, que afeta majoritariamente as pessoas pardas e pretas.

Sabemos que esse processo de desigualdade tem suas origens na colonização, na escravidão e na consolidação do capitalismo. Desvelar a suposta democracia racial brasileira é um fator importante para aqueles que se empenham na luta antirracista. Desse enlace entre congada e academia emerge uma pauta significativa de ações importantes para o combate ao racismo.



No centro Antônio Rosa (de amarelo) do terno Marinheiro Nossa Senhora do Rosário, eu e a sua família

Fonte: Acervo da autora

Essa foto diz muito. Um dos ditos é que eu tenho muito a aprender.

Deste universo congadeiro instigante, ao mesmo tempo analítico e político, abriram-se as possibilidades para um projeto de extensão no qual poderíamos estudar e compreender quilombos.

Elaboro, então, em 2023, o projeto de extensão “Rodas Quilombolas: colaboração, estudos e patrimônio”, inspirado no trabalho colaborativo com a comunidade congadeira. Esse projeto foi idealizado por um grupo majoritariamente constituído de mulheres negras moradoras de Uberlândia, participantes e ou simpatizantes da Congada uberlandense, com o apoio do grupo de pesquisa MOVITE e do Observatório Etnográfico das Culturas (OBEC), com objetivos de fomentar e difundir o conhecimento sobre a realidade brasileira quilombola. Através de rodas de conversas, são englobados estudos e difusão cultural, almejando incentivar a sociedade mais ampla a conhecer, identificar, difundir e preservar o legado e o patrimônio cultural afro.

A seguir, destaco mais algumas publicações resultantes do trabalho com extensão:

- **Artigo**

CLEMENTE, Claudelir C. Mulher negra congadeira: engajamento cultural e ativismo negro para além das grandes metrópoles. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política**, v. 9, 2020.

- **Capítulos em livros**

CLEMENTE, Claudelir C. Experiências negras em espaço urbano: práticas culturais de negros congadeiros em Uberlândia. *In*: CLEMENTE, Claudelir Correa; SILVA, J. C. G. (Org.). **Negro, cultura e vida urbana**. 1. ed. Uberlândia: RB Digital, 2013

- **Trabalhos completos em anais de eventos científicos**

CLEMENTE, Claudelir C. Congadeiras no Triângulo Mineiro: feminismo negro para além das grandes metrópoles. *In*: **I Congresso Internacional e Multidisciplinar sobre o Urbano - Cidades brasileiras: perspectivas a partir do Sul Global**, 2024.

CLEMENTE, Claudelir C. Diálogos entre a congada uberlandense e a universidade pública: alimentando campos reflexivos e ações. *In*: **VII Reunião Equatorial de Antropologia – REA Migrações, deslocamentos e diásporas: violações de direitos**, 2022, Remota.

CLEMENTE, Claudelir C. Congadeiras de Uberlândia: afirmação da identidade negra e combate ao racismo. **Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020, Remoto.

CLEMENTE, Claudelir C. Feminismo negro: a mulher em territórios do agronegócio. **Anais XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**, Porto Alegre, 2019.

Pesquisa

A partir de 2010, com o meu credenciamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e com projetos de extensão em andamento, fui incentivada a constituir um grupo de pesquisa.

Nascia, assim, o MOVITE, cujo registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq ocorreu em 2010.

Em linhas gerais, o grupo abrange pesquisas de antropologia urbana, culturas afro e migrações. Dedicase a analisar formas de vinculação social, configurações socioculturais, resistência política, territorialidades e relações étnico-raciais, em

contextos nacionais e transnacionais que envolvem a sociedade em suas relações com o Estado e ou com as empresas transnacionais. À época da criação, concentrei meus esforços em fazer do grupo um espaço de pesquisa e extensão. Passei a divulgá-lo nas aulas de graduação e pós-graduação, e pouco a pouco fui constituindo um grupo de estudantes.

Barbara Nogueira, estudante em ciências sociais, em 2010 foi a primeira aluna do grupo a ter o seu projeto de iniciação de científica, intitulado “Etnografia da Tríplice Fronteira: Primeiras Aproximações”, aprovado com bolsa pela agência de fomento CNPq. Depois foi a vez das estudantes envolvidas com a extensão, Patrícia Assunção e Samira Raquel Pires, que foram contempladas com bolsas de extensão.

Durante esses quinze anos, o MOVITE foi âncora para muitas pesquisas, na maioria desenvolvidas por mulheres, tanto graduandas, mestrandas, mestres quanto por pesquisadoras da comunidade, que aportaram com suas reflexões e seus conhecimentos, contribuindo para o amadurecimento do grupo.

Em 2011, tive o meu primeiro projeto docente, intitulado *Pesquisa sobre as redes sociais formadas por profissionais transnacionais atuantes no pré-sal brasileiro*, aprovado pelo CNPq através do edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N.º 02/2010. Em linhas gerais, esse projeto tinha como objetivo identificar e analisar redes sociais formadas por profissionais transnacionais, não brasileiros, trabalhadores de empresas transnacionais que estavam atuando no setor petrolífero em atividades que envolviam o pré-sal da bacia de Santos, no estado de São Paulo. Estes profissionais encarnam uma intensa mobilidade, e dia a dia criam e recriam formas de sociabilidade no e pelo movimento. Apesar da importância desta atividade em tempos de globalização, observava-se que esta era praticamente invisível nas estatísticas de migração.

As primeiras inserções em campo foram difíceis. Dividia estas dificuldades nas reuniões do grupo de pesquisa. Relatava às alunas e aos alunos, na maioria graduandos, as peripécias do trabalho de campo em contextos que envolvem a observação e escuta etnográfica de pessoas que vivem em constante deslocamento devido a suas ocupações profissionais.

No caso das singularidades dos pesquisados, precisei, antes, compreender a geografia destes trabalhadores petroleiros, seus espaços laborais e sociais. Ao escrever o projeto, eu havia definido que iniciaria a etnografia na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, supondo que, como a reserva de pré-sal localizava-se na Bacia de Santos,

encontraria formas de sociabilidade desses profissionais. Assim, passei a frequentar a cidade, com vistas a identificar os espaços sociais dos transnacionais.

Após algumas tentativas, sem sucesso, de estabelecer campo, sem ao menos conseguir identificar pontos de frequência dos profissionais transnacionais, tal como havia feito na pesquisa de doutorado na cidade de São Paulo, achei importante procurar o escritório da Petrobrás em Santos, em busca de informações sobre a atuação de trabalhadores estrangeiros na exploração das reservas do pré-sal, já que esses trabalhavam em uma das descobertas da empresa. Os contatos foram realizados, apesar de extremamente difíceis, pois os funcionários com os quais conversei demonstravam-se muito cautelosos no que diziam, denotando certo sigilo empresarial.

Para driblar a invisibilidade dos profissionais transnacionais *offshore*, associada ao seu baixo número na Baixada Santista e à cautela empresarial no fornecimento de dados que possibilitassem meu acesso aos trabalhadores, resolvi deslocar minhas atividades etnográficas para uma região significativa para exploração e produção de petróleo no Brasil, a Bacia de Campos. De acordo com a Petrobrás, a Bacia de Campos é uma área sedimentar que se estende de Vitória/ES a Arraial do Cabo/RJ, numa área de aproximadamente 100 mil km², onde se desenvolve boa parte da produção de petróleo e gás do Brasil, o que a torna a principal bacia produtora nacional

Considereei que a região da Bacia de Campos, em específico a cidade de Macaé, apresentava uma vida social marcada por experiências ligadas ao trabalho com o petróleo, oferecendo um ambiente propício a uma etnografia inicial.

E isso se concretizou. Em Macaé, eu não só encontraria a sociabilidade cultivada por esse tipo de trabalhador, como entenderia melhor sua rotina de trabalho. A cidade também tinha mais um atrativo: todas as empresas estrangeiras ligadas ao pré-sal que atuam no Brasil tinham, na ocasião, escritórios na cidade.

Fui me interessando mais e mais pela pesquisa, e alguns estudantes das Ciências Sociais se interessaram também. Entre eles, o estudante Tailon Aparecido Garcia resolveu desenvolver um plano de iniciação científica sobre o tema, contribuindo no levantamento online da lista e de nomes das empresas estrangeiras que atuavam na região e dados estatísticos sobre o contingente de trabalhadores estrangeiros embarcados.

“Embarcados” é como são conhecidos os trabalhadores *offshore* no universo petrolífero. É um grupo composto por operários, técnicos, engenheiros, geólogos, geofísicos e outros profissionais da área de energia. Entre eles, encontram-se mulheres e homens de várias nacionalidades que, com exceção de alguns pesquisadores

universitários, são empregados de empresas transnacionais atuantes no setor petrolífero. Trabalham em unidades marítimas localizadas entre 200 e 400 km da costa brasileira. Seu deslocamento é feito em helicópteros, que os transportam da costa ao local de trabalho. Nas plataformas e sondas, seguem um turno singular de trabalho. Se forem funcionários da Petrobrás, trabalham durante 14 dias embarcados, e dispõem de 21 dias de folga no continente. Quando são empregados de empresas estrangeiras, os períodos podem variar, podendo ficar mais de 30 dias embarcados.

Aos poucos, fomos entendendo que o heliporto de Macaé seria o local para eu começar o trabalho etnográfico, pois ele servia tanto ao transporte de trabalhadores da Petrobrás quanto aos das empresas estrangeiras que atuam nas bacias de Campos e Santos.

Você chega à cidade, e quando olha o céu você vê o intenso fluxo de helicópteros. Aos poucos compreende-se que se trata do transporte dos petroleiros às plataformas e navios-sonda instalados no mar. Lá eu encontrei parte significativa das experiências sociais desse contingente laboral.

Em termos de empresa transnacional, destaco-as pelo local origem: norte-americana – Chevron e Halliburton; francesa – Schlumberger; e a norueguesa – Equinor.

Assim, paulatinamente entendia a partilha dos recursos minerais marinhos brasileiros com as empresas estrangeiras.

Reflexões mais aprofundadas desta pesquisa mereceram publicações de artigos de minha autoria. O primeiro, intitulado “Entre o mar e a terra: uma antropologia do trabalho offshore”, publicado na Revista Crítica e Sociedade em 2012; e um segundo, “Fases do pré sal brasileiro: migração trabalho e sociabilidade”, publicado na Ideias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em 2015.

Também houve a publicação de capítulos em livro:

- CLEMENTE, Claudelir; Migrações qualificadas e trabalho offshore: perspectivas antropológicas do pré-brasileiro. *In*: CLEMENTE, C.C, ZANON, B. V. (Org.). **Antropologia e Contemporaneidade: redes sociais e migração qualificada**. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.
- CLEMENTE, Claudelir Correa. Poder e cultura empresarial transnacional. *In*: CLEMENTE, C.C, ZANON, B. V. (Org.). **Antropologia e Contemporaneidade: redes sociais e migração qualificada**. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

Importante ressaltar que as pesquisas sobre profissionais e empresas transnacionais, mobilidade laboral e imigração internacionais contribuiriam nas orientações em nível de graduação com destaque para a iniciação científica de Tailon

Aparecido Garcia que resultou no artigo “Perspectivas antropológicas sobre o pré-sal brasileiro: primeiras inserções no universo petrolífero” na revista *Horizonte Científico*, v. 6, 2012. Foram defendidas ainda orientações em nível de mestrado com destaque para as dissertações, de Breilla Valentina Barbosa Zanon, “Redes, coworking e emancipação intangível” e de Luiz Otavio Costa Santana. “São Gotardo MG: estudo sobre a presença nipo-descendente no Cerrado. Ambas defendidas em 2015

A constatação da *pesquisa sobre as redes sociais formadas por profissionais transnacionais atuantes no pré-sal brasileiro* sobre a existência da partilha dos recursos minerais entre empresas transnacionais atuantes no Brasil ajudaria em muito nas minhas pesquisas com quilombolas mineiros que enfrentam dificuldades na titulação de terras devido a conflitos com empresas transnacionais instaladas na Mesorregião do Triângulo Mineiro. Mais adiante voltarei a esta questão.

Em 2015, o Conselho do Instituto de *Ciências Sociais* - COINCIS, autorizou minha saída para realização de pós-doutoramento com bolsa Estágio Senior CAPES, na *École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* (EHESS) junto ao *Centre de Sociologie Européenne*, unidade de pesquisa ligada a Sorbonne Pantheon – Paris I e EHESS, sob supervisão de Anne-Catherine Wagner, no período de 30 de julho de 2015 a 29 junho de 2016.

Lembro que fiquei muito contente com a possibilidade de voltar a Paris. O plano de estudos previa analisar as formas de reprodução das elites da mundialização no Brasil, a partir das experiências sociais de profissionais transnacionais europeus atuantes nas cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Com isso, buscou-se também, por meio da análise de suas redes sociais, compreender se as redes atingem dimensões que configuram um poder transnacional liderado pelos europeus, e de que forma as vidas sociais destes profissionais – sociabilidade, vínculos e interações sociais – configuram espaços sociais de elite e geram novas formas de segregação socioespacial nas cidades brasileiras selecionadas pela pesquisa.

O apoio científico encontrado no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE), unidade de pesquisa ligada a Paris I e EHESS, foi fundamental para o desenvolvimento vindouro do pós-doutorado.

O aceite dado pela Prof^a. Dra. Anne-Catherine Wagner possibilitou-me o aproveitamento de um conjunto de recursos científicos importantes, tais como acesso: ao acervo da biblioteca da *Fondation Maison des sciences d’hommes* (FMSH); à *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (EHESS) de seus seminários e ateliers de estudo e;

aos grupos de pesquisa e estudo vinculados ao CSE/CESSP, recursos que contribuíram para a realização da pesquisa.

Na EHESS pude participar dos seminários: “Análises de redes sociais aplicadas à pesquisa de antropologia”, ministrado pelo Prof. Dr. Klaus Hamberger; e “Sociologia de Pierre Bourdieu”, ministrado pelos professores doutores Johan Heilbron e Louis Pinto, vinculados ao *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS). Cada um dos seminários, em suas especificidades, propiciou debates sobre análise de rede social (ARS) e sobre as noções e usos das categorias sociológicas analisadas por Pierre Bourdieu, tais como capital e elite.

Nos grupos do CSE/CESSP, *Seminaire du Centre européen de sociologie et Science politique*, coordenados Wilfried Lignier e Nicolas Mariot; *Groupe de réflexion du Brésil contemporain*, coordenado pelo Prof. Dr. Afrânio Garcia, , pude ler e analisar novas bibliografias relacionadas com meus estudos, como também assistir a apresentações científicas de outros pesquisadores das Ciências Sociais.

Nestes espaços de estudos e reflexão discutíamos que as elites nacionais não estão dissociadas dos interesses transnacionais, mas estão imbricadas e comprometidas com estratégias que garantem a sua reprodução. Lendo Dezalay (2004) compreendi que as estratégias internacionais são estratégias de distinção para um pequeno grupo de privilegiados, os quais se impõe um mínimo de discrição sobre a qual funda seus privilégios, a fim de poder continuar a praticar o duplo jogo do nacional e do internacional: investir no internacional para reforçar suas posições dentro do campo do poder nacional e, simultaneamente, fazer valer sua notoriedade nacional para se fazer entender na cena internacional. Para conseguir esta duplicidade, as elites nacionais devem cultivar, às vezes, a proximidade e a distância de seus co-cidadãos, para convencer que não somente elas partilham os mesmos valores, mas também que são as melhores a promover os interesses nacionais em competição internacional.

Isso respondia a algumas das questões que apresentei no plano de estudos de pós-doutoramento focadas principalmente na relação das elites brasileiras com os profissionais transnacionais estrangeiros.

Por outro lado, em busca deste prestígio, referendado pelas elites nacionais, os profissionais transnacionais dominam maneiras eficazes de adentrar fronteiras culturais e linguísticas, usando seus conhecimentos e estratégias cosmopolitas – na maioria das vezes, cultivados na juventude, enquanto alunos das escolas de negócios. Conseguem, assim, acesso a estágios em empresas no exterior, formação cujo custo é altíssimo.

As estratégias de internacionalização dos interesses capitalistas promovem “a unificação do campo mundial da formação dos dirigentes” (Bourdieu *apud* Dezalay, 2004, p. 8).

Cabe ressaltar que a reprodução desta mão de obra qualificada não é calcada somente na riqueza material, nos bons negócios. O capital econômico deve ser legitimado e mesclado por competências que permitam que o profissional tenha habilidades para lidar com contextos culturais diferenciados, com formas de negociar que são diferentes de país para país.

No *Groupe de réflexion du Brésil contemporain*, apresentei, no dia 04/05/2016, palestra intitulada *Les professionnels européens et leurs carrières transnationales dans la région du sud-est brésilien*, com os resultados preliminares obtidos no pós-doutoramento. Além do público de pesquisadores que acompanham o grupo, também contamos, neste dia, com a participação da supervisora do meu pós-doutoramento, a professora Anne-Catherine Wagner.

A apresentação propiciou-me um espaço de debate ao me apontar pistas para um refinamento dos conceitos e metodologias empregados no desenvolvimento da minha pesquisa científica em geral.

Em especial, a Prof^a. Dra. Anne-Catherine Wagner, ao enfatizar a importância das estatísticas da OCDE, destacou a necessidade de seguir aprimorando nos usos dos dados referentes a migração internacional, principalmente sobre aqueles que se referem à mobilidade do profissional transnacional ou expatriado, como são conhecidos pelo mercado. A Prof^a. Wagner também contribuiu ao dar pistas metodológicas para futuras pesquisas que venham a ser desenvolvidas e que reflitam a realidade social do profissional transnacional.

Tão significativas foram as orientações do Prof. Afrânio Garcia, que ele apreciou positivamente os objetivos do meu pós-doutoramento e destacou a importância de seguir aprimorando a metodologia antropológica na abordagem de contextos sociais que envolvem pessoas em situação de migração e ou mobilidade laboral. Ele também me incentivou a estudar a presença e atuação do profissional transnacional no espaço rural brasileiro.

O incentivo vindo do professor Afrânio devia-se ao fato de que ele sabia que eu tinha interesse em pesquisar as relações entre comunidades quilombolas e as empresas transnacionais de mineração e de fertilizantes instaladas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Em 2016, de volta ao Brasil e à Universidade Federal de Uberlândia, dei seguimento a essas ideias que foram maturadas na estadia na França.

Em 2017, propus ao Conselho do Instituto de Ciências Sociais o projeto *Remanescentes comunidades de quilombo e empresas transnacionais na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Em linhas gerais, o projeto analisou quais os pilares culturais e as estratégias que fortalecem vínculos sociais comunitários e dotam de poder de argumentação e negociação, remanescentes comunidades de quilombo que estão expostas à crescente especulação mercantil em torno de terras raras no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

À época, pouco se falava da descoberta de terras raras com presença do metal nióbio na região brasileira do Alto Paranaíba e que isso havia reacendido a especulação mercantil e transformando as pequenas cidades mineiras em celeiro tecnológico, onde é movimentado um conjunto de atividades de exploração, demandando recursos humanos, máquinas e equipamentos especializados para a extração dos metais raros.

Boa parte dessas terras concentra-se em locais com forte presença de comunidades rurais negras, distribuídas pelas cidades de Araxá, Cruzeiro da Fortaleza, Patos de Minas, Patrocínio, Serra do Salitre e Uberlândia. Algumas destas comunidades se autoidentificam como quilombolas, já havendo, da parte de algumas, processos de reconhecimento certificados pela Fundação Palmares. Uma delas, a Associação dos Remanescentes Quilombolas dos Quilombos das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura (ARQTOV), à época já estava tramitando seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), e sabendo da minha pesquisa através da comunidade congadeira de Uberlândia, me convidou para visitá-los em Patos de Minas.

Eu aceitei o convite. Começava aí uma longa convivência e colaboração com a ARQTOV, que se estende até hoje. As especulações financeiras de ordem transnacional, praticadas em localidades brasileiras cuja população apresenta uma história social assente em culturas ancestrais, desencadeiam formas de exclusão social de comunidades rurais, além de indicar novas formas de apropriação da terra pelo capital.

No entanto, o problema é mais profundo e está no fato de que nem sempre a opinião da comunidade transforma-se em algo positivo e concreto para a própria comunidade. Na maioria das vezes, o que a teoria social (Deshaies, 2011; Zhouri, 2016) denuncia nesse tipo de relação entre transnacionais e comunidade é certa desposseção das populações locais, no sentido de que suas práticas são tidas como atrasadas e desqualificadas frente às modernas tecnologias transnacionais.

Numa perspectiva antropológica, as comunicações entre transnacionais e comunidades caracterizam-se pelo confronto entre formas de conhecimento e práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território. São confrontos políticos e simbólicos que, na maioria das vezes, sobrepõem-se à visão capitalista, em detrimento das culturas locais.

Sobre esta pesquisa, publiquei um capítulo em livro:

CLEMENTE, Claudelir Correa. Os desafios dos remanescentes de quilombos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em um mundo rural transnacional. *In*: CLEMENTE, Claudelir Correa; SILVA, José Carlos Gomes da (Org.). **Culturas Negras e Ciências Sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas**. EDUFU, 2018.

Destaco também alguns trabalhos completos:

CLEMENTE, Claudelir C. Terras raras, quilombos e interesses transnacionais. *In*: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Florianópolis, 2019;

CLEMENTE, Claudelir C. Transnacionais, quilombos e os sentidos da terra. *In*: **XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**, Porto Alegre, 2019;

CLEMENTE, Claudelir C. Quilombolas e árdua luta pela titulação de suas terras em Minas Gerais, um estado sem quilombos titulados. *In*: **31ª Reunião Brasileira de Antropologia RBA**, Brasília, 2018.

E o artigo:

CLEMENTE, Claudelir C. Quilombos em Minas Gerais: a titulação em terras de interesse transnacional. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 20, 2020.

Uma outra experiência interessante de pesquisa ocorreu, em fevereiro de 2020, às vésperas da chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil. Na ocasião, fui convidada pelo professor Arthur Matuck, vinculado ao Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Universidade de São Paulo (USP), a compor o Fórum Fronteiras Cruzadas, reconhecido por seu trabalho com imigrantes e sua luta por direitos humanos. Achei a ideia muito interessante e, após aceitar o convite, o professor Matuck e a pesquisadora e doutora em sociologia Karina Quintanilha me incluíram no grupo de Whatsapp do fórum, que é composto por professores e pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras, artistas e imigrantes de diversos países do Sul global, com uma forte concentração de haitianos e, à época, significativa presença congoleza, togolesa e

guineense. Vislumbrei nessa participação uma oportunidade de refletir com mais profundidade algumas impressões que tinha a respeito do lugar das migrações africanas nos fluxos inter e transnacionais.

Comentei sobre o convite com o grupo de pesquisa MOVITE, num momento em que já estávamos em distanciamento social, em quarentena provocada pela pandemia, e iniciado as reuniões remotas nos dois grupos, onde manifestei meu interesse em esboçar um projeto sobre migrações africanas. Um grupo de alunos das ciências sociais se interessou pela temática. Entre os mais velhos de MOVITE estava Vanesca Tome, que me lembrou dos tempos que tínhamos muitos colegas africanos do programa de mobilidade internacional e como tinham se reduzido, naquele final de década de 2010, a um pequeno grupo.

Na minha mente, passagens do artigo de Achille Mbembe (2019) ressoavam nos meus pensamentos, e as compartilhei com os estudantes:

A utopia da livre circulação entre os países é hoje solapada pelo reforço das restrições de movimento que reproduzem e intensificam a vulnerabilidade de grupos estigmatizados e mais marcados racialmente. A capacidade de decidir quem pode se mover, quem pode se estabelecer onde e sob quais condições, ocupa cada vez mais o centro de lutas políticas por soberania, nacionalismo, cidadania, segurança e liberdade. Com a expansão colonial do ocidente, e de modo mais decisivo com o advento do capitalismo, a *raison d'être* da fronteira se relaciona a questões-chave como: a quem pertence a terra? Quem tem o direito de reivindicar partes dela e os vários seres que nela habitam? Quem determina sua distribuição ou divisão?

Os demais estudantes da graduação em ciências sociais viram naquelas reflexões do MOVITE, bem como na parceria com o Fórum Fronteiras Cruzadas, sentidos para realização de pesquisas.

Assim, a estudante Lia Agapito realizou a iniciação científica (IC) intitulada “Redes de solidariedade e imigração no contexto urbano em tempos de pandemia: pesquisa em meio digital”, enquanto o aluno Matheus Acedo realizou a IC intitulada “Migrações transnacionais: formas de vinculação social por meio digital e direitos humanos” e a estudante Greycy Kelly Silva preparou seu trabalho de conclusão de curso sob o tema das migrações africanas.

Com a emergência da covid-19, e a necessidade de isolamento social, contudo, passamos a realizar uma pesquisa etnográfica digital (HINE, 2000; MILLER e SLATER, 2004; LATOUR, 2016), acompanhando os migrantes em suas inserções em redes sociais.

Sempre a convite dos próprios participantes, tornamo-nos amigos virtuais de alguns no Facebook, acompanhamos suas postagens no Instagram, assistimos suas participações em debates no formato on-line e seguimos as redes sociais das associações migrantes, algumas das quais nos inseriram em seus grupos de WhatsApp. Essa experiência foi uma importante aprendizagem, que nos permitiu compartilhar saberes e angústias frente às dificuldades impostas pela pandemia. E, sobretudo, aprendemos com os migrantes sobre as complexas formas do viver em movimento.

A partir desse trabalho publiquei as seguintes bibliografias: “Outrora cartas pelo correio, hoje mensagens pelo aplicativo: migrantes africanos no Brasil e o uso das redes sociais digitais”, trabalho completo em *Anais eletrônicos 20º Congresso Brasileiro de Sociologia* (2021); “África em movimento no passado e no presente”, capítulo no livro *Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais* (Cardin *et al.*, 2022); e “Culturas ancestrais do movimento: uma perspectiva sobre as migrações africanas”, artigo publicado na revista *Antíteses* (2022).

Outra experiência frutífera emergiu das ações de extensão com a congada de Uberlândia, essa cultura que nos ensina muito sobre a história e a condição social afro-brasileira, desde os tempos da escravização até os dias de hoje. Assim, mobilizada pelos ensinamentos congadeiros, em 2018 estabeleci contato com a Comunidade do Rosário da Penha, vinculada a Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha, situada no bairro de mesmo nome na capital paulista, onde, inclusive, onde nasci. Fiquei sabendo por membro dessa comunidade, senhor Altair, que ela mantinha contato com alguns ternos uberlandenses, mencionando especificamente o Moçambique de Belém e Moçambique Estrela Guia. A ideia era estruturar um projeto que possibilitasse alguns eventos conjuntos envolvendo ternos das duas cidades. Mas 2018 foi o início de um período bem turbulento e de muitas dificuldades para a pesquisa brasileira, ao qual se seguiu a emergência sanitária, o que inviabilizou qualquer atividade de campo presencial.

Em 2022, com o abrandamento da pandemia, retomei essa intenção investigativa, reconfigurando o projeto com vistas a provocar o debate científico em torno do legado africano da São Paulo colonial e suas conexões com os dias atuais. Isso porque, naquele início desta década, muitos coletivos afro-paulistanos lutavam por uma cidade antirracista e pelo reconhecimento das contribuições das populações negras na formação da metrópole.

Disso nasceu o projeto de pesquisa “Quilombos urbanos”, gestado no mesmo campo reflexivo da extensão Rodas Quilombolas (já mencionado aqui). Passei a me

dedicar a leituras sobre o assunto e a organizar o trabalho de campo. Das inserções etnográficas nos coletivos afro-paulistanos, das releituras de clássicos como *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* de autoria de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959) e *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre Golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX*, de autoria de Pierre Verger (1987), comecei a sistematizar a estrutura de uma artigo inicial.

Com o tempo incorporei uma bibliografia afrocentrada, como Beatriz do Nascimento (2021), Clóvis Moura (2021) e Lelia Gonzalez (1979) e, sobretudo, as teorias do antropólogo costa-marfinense de ascendência Akan, Georges Niangoran-Bouah (1978) e do historiador Pierre Kipré (2010), também da Costa do Marfim, que apresentam um conjunto de estudos que tratam de uma África anterior à colonização europeia.

Para análise que pretendia desenvolver, essas perspectivas foram de suma importância, permitindo destacar a grande relevância dos povos Akan e Gã para a compreensão das primeiras etnias africanas que contribuíram para a formação do Brasil. Enfim, a partir desse esforço reflexivo produzi algumas análises que deram visibilidade à diversidade étnica dos africanos que foram escravizados na cidade paulistana, num esforço de classificá-los não pela perspectiva colonial, como negros Mina, Benguela, Angola etc., mas pelas suas culturas e povos, como os Akan, os Yoruba e, sobretudo, ressaltar a partir de Moura(2021) a resistência quilombola na São Paulo colonial e no pós-Abolição.

As análises resultantes dessa primeira fase do projeto foram publicadas no formato de trabalho completo em três anais: “Quando São Paulo se torna negra: culturas afro na cidade do Quilombo Saracura”, *Anais do 47º Encontro Anual da Anpocs* (2023); “São Paulo: metrópole quilombola”, nos *Anais do I Congresso Internacional e Multidisciplinar sobre o Urbano – Cidades brasileiras: perspectivas a partir do Sul Global* (2024); “São Paulo cidade transatlântica: memória afro e resistência quilombola”, nos *Anais da 34ª RBA – Territórios vivos, corpos plurais. Antropologia e saberes críticos* (2024).

Também são a origem do artigo “Do colonial ao contemporâneo: uma releitura da obra de Roger Bastide e Florestan Fernandes para repensar a memória Afro-Paulistana”, na *Revista Albuquerque* (2024).

Gestão

Entre 2011 e 2013, fui coordenadora de extensão do Instituto de Ciências Sociais. Como já mencionado, desde meu ingresso na UFU, em 2009, a extensão constitui-se em uma dimensão significativa do meu trabalho docente. A ideia de que a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade ressoa positivamente na minha atuação. O período em que fui coordenadora corresponde ao momento em que a universidade estabeleceria as diretrizes para a constituição da Coordenação de Extensão nas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, que resultou na Resolução nº 01/2010 do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Foi um momento importante, em que pude contribuir para a formação da extensão do Instituto de Ciências Sociais.

Em 2012, em parceria com Editora da Universidade Federal de Uberlândia (Edufu), criei a Coleção Observatório Etnográfico, da qual fui diretora desde seu início, em 2012, até 2022, quando encerramos as publicações dessa série de livros.

A Coleção Observatório Etnográfico foi um projeto editorial do programa de extensão Observatório Etnográfico das Culturas, fruto do trabalho científico do grupo de pesquisa Movite, financiado pelo ProExt/MEC e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão ProExt-UFU, que, conforme a Memo/ProExt/Asaex/01250/2012, destinou verba às publicações da série.

Na gestão da coleção, tive a oportunidade de contribuir com a publicação dos livros: *Antropologia e contemporaneidade: redes sociais e migração qualificada* (2016); *Culturas negras e ciências sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas* (2018); e *Fronteiras, deslocamentos e as suas dinâmicas* (2022)

No período de 2016 a 2017, fui coordenadora *pro tempore* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Entre 2019 e 2022, fui membra do Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Entre 2021 e 2023, fui membra do Colegiado de Extensão do Instituto de Ciências Sociais.

Gratificante e rica foi a experiência de ter sido editora-chefe, no período de 2020 a 2022, da revista *Crítica e Sociedade*, na qual tive a oportunidade de trabalhar na área

editorial. Essa publicação tem periodicidade semestral, e no meu mandato conseguimos atualizar a revista, obter a nota Qualis B1 e publicar nove edições, das quais destaco os dossiês: “Juventudes, sociabilidades e ativismos – Um panorama da produção da Rede de Estudos e Pesquisas sobre ações e experiências juvenis” e “Racismo na contemporaneidade: desafios para o século XXI”.

Considerações finais

*O tempo passa e atravessa as avenidas
E o fruto cresce, pesa, enverga o velho pé
E o vento forte quebra as telhas e vidraças
E o livro sábio deixa em branco o que não é*

...E que as crianças cantem livres sobre os muros

*E ensinem em sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou
O amanhã é seu (...)*

Taiguara – *Que as crianças cantem livres*

Escolhi as profissões do convívio, dos encontros, das possibilidades, da generosidade e da posteridade. Vejo-me antropóloga, cientista social e professora. Mas, sem dúvida, a educação diz muito sobre mim, acolheu-me como aluna e como profissional, fez-me ser frutífera.

De todas as experiências profissionais que tive, a de pertencer ao magistério federal, como se pôde ver, trouxe-me muitas realizações. Nestes 15 anos de UFU, eu me aprimorei intelectualmente porque me foram oferecidas oportunidades e eu as acolhi.

Quer algo mais gratificante que ensinar e aprender ao mesmo tempo? Abrir horizontes e deixar frutificar o conhecimento em outras pessoas?

Dessa profissão faço fonte de vida. Quantas e quantas vezes as relações da sala de aula e as reuniões dos projetos de extensão e de pesquisa tiraram-me das travas e trevas do mundo. E, muitas vezes, eu ofereci a saída do nebuloso, a conversa, a escuta, as sugestões, a vontade, a escrita, o encontro e o abraço. Tudo isso foi possível porque sempre tive à minha frente a humanidade.

Referencias bibliográficas

BASTIDE, Roger.; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.1959

BONDUKI, Nabil. **A origem da habitação popular no Brasil**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994

CAMARGO, Aspásia. “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com as elites políticas”. **Revista de Ciências Sociais**, v.27, p.5-28, 1984

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar C. (Org.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. 1ed.Uberlândia: Editora Universidade Federal de Uberlândia, 2022

CLEMENTE, Claudelir C. Mulher negra congadeira: engajamento cultural e ativismo negro para além das grandes metrópoles. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política**, v. 9, 2020

DESHAIES, Michel. Grands projets d'exploitation minière et stratégie des firmes pour se rendre environnementalement acceptables. **Revista L'Espace Politique**. Vol. 15 n.3, 2011.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'internacional: heritiers cosmopolites, mercenaires de l'imperialisme et missionnaires de l'universel. **Sociologie de la Mondialisation. Actes de la Recherche**, n. 151-2, mar. 2004.

DOIMO, Ana Maria. Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. In: P. J. Krischke; S. Mainwaring (Org.). **A Igreja nas bases em tempos de transição: 1974 - 1985**. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986, p. 101-129.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: **National Meeting of The Latin American Studies Association**, 8., Pittsburgh, 1979. Mimeografado.

GONZALEZ, L. & HASENBALG, C. **Lugar de negro** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOULART, M. **A escravidão africana no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. **Caosmose - Um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica - Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

HINE, C. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2000.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KIPRÉ, P. Das lagoas da Costa do Marfim até o Volta. In: NIANE, D. T. (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

LATOURE, B. Faturas/Fracturas: da noção de rede à noção de vínculo. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (Org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

MAGNANI, J. G. C.. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, jul. 2009.

MARTINS, M. DO C.. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p. 39–60, 1998.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. **Revista Serrote**, 2019.

MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, jun. 2004.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Eduespi, Teresina, 2021.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra **Afrodiaspora**, IPEAFRO, Rio de Janeiro ano 3, n. 6 e 7, 1985

_____. **Uma História Feita por Mãos Negras**. São Paulo, Ed. Zahar, 2021.

NIANGORAN-BOUAH, G. Idéologie de l'or chez les Akan de Côte-d'Ivoire et du Ghana. **Journal des Africanistes**, [s.l.], tome 48, fascicule 1, 1978. L'or dans les sociétés Akan. p. 127-140.

ROLNIK, Raquel. “De como São Paulo virou a capital do capital”. In: VALLADARES, Lícia (Org). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Salvador: Corrupio, 1987.

VILLAÇA, Flávio. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais.** São Paulo, 1978. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ZHOURI, Andréa; *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, Set. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext. Acesso em: 10 fev. 2017.